

GUIA *para* JUSTIÇA CLIMÁTICA

*tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo
ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia para justiça climática [livro eletrônico] :
tecnologias sociais e ancestrais de
enfrentamento ao racismo ambiental na região
metropolitana do Rio de Janeiro / [organização
Associação Casa Fluminense]. -- 1. ed. --Rio de
Janeiro : Associação Casa Fluminense, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-997879-4-2

1. Brasil - Aspectos ambientais 2. Degradação
ambiental - Aspectos sociais 3. Injustiça 4. Meio
ambiente 5. Mudanças climáticas - Brasil 6. Negros -
Condições sociais - Brasil.

23-158279

CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Efeitos sociais 304.25

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

▫ APRESENTAÇÃO_____	4
▫ ABC DO CLIMA_____	7
▫ QUEM ENFRENTA O RACISMO AMBIENTAL?_	9
▫ TECNOLOGIAS SOCIAIS & ANCESTRAIS____	14
● <i>A missão de uma cozinha afetiva comunitária sustentável</i> ● <i>Um filme de sobreviventes para sobreviventes</i> ● <i>O 1º Fórum Climático da Baixada Fluminense</i> ● <i>Ocupação cultural e resistência em Realengo</i> ● <i>Doulagem coletiva no Lixão de Itaoca</i> ● <i>O poder da transformação social da bicicleta em Queimados</i> ● <i>Telhados verdes para enfrentar as ilhas de calor</i> ● <i>Uma agenda de políticas públicas em Rio das Pedras</i> ● <i>Complexo verde de favelas pela soberania alimentar</i> ● <i>Caminhos de resistência contra a siderúrgica em Santa Cruz</i> ● <i>Mobilização social e incidência política por uma Baía Viva</i> ● <i>Coletivos desenvolvem câmara popular em Caxias</i> ● <i>A 1ª cooperativa de energia solar em favelas do Brasil</i> ● <i>Uma agenda para melhoria do transporte público em Itaboraí</i> ● <i>Reflorestamento na “floresta do pertencimento” de Nova Iguaçu</i>	

▫ LEGISLAÇÕES E INSTRUMENTOS_____	60
▫ MOVIMENTOS E PRÁTICAS PARA INCIDÊNCIA_____	62
▫ AGRADECIMENTOS_____	66
▫ FICHA TÉCNICA_____	66

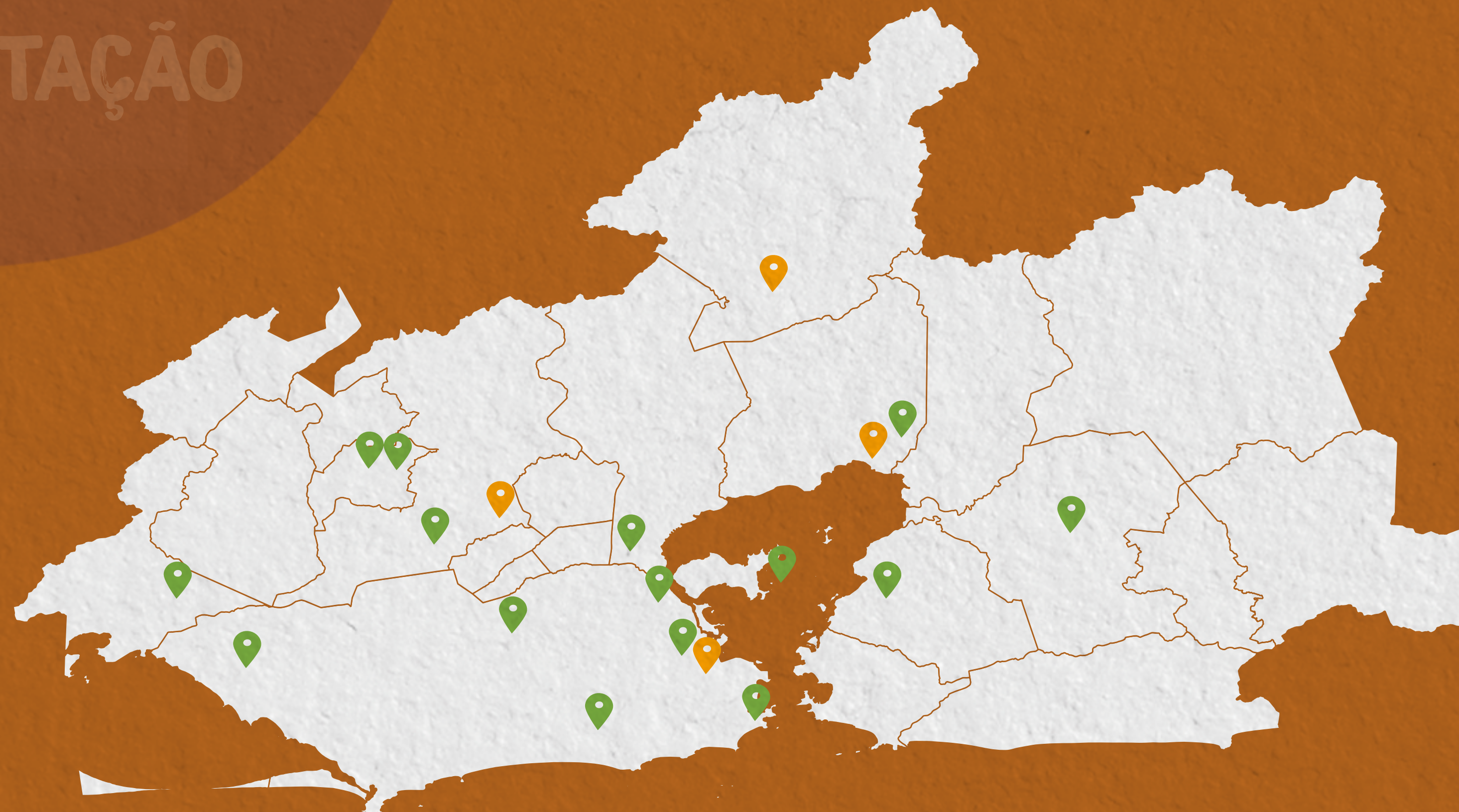


APRESENTAÇÃO

A população do estado do Rio de Janeiro tem vivido episódios alarmantes relacionados às fortes chuvas, como deslizamentos, enchentes, alagamentos, enxurradas, problemas que ano após ano ceifam vidas e que geram inúmeros outros problemas humanitários e estruturais. Essa nova realidade não tem a ver apenas com a intensidade desses eventos, mas sobretudo com a frequência cada vez maior desses desastres ambientais em todo o planeta. São os impactos das mudanças do clima sendo sentidos na pele - tanto de forma direta como indireta.

E são exatamente as populações mais vulnerabilizadas, que menos contribuem para esse processo, que sofrem - e sofrerão - com seus efeitos. É dentro desse contexto que nasce a motivação para construir o **Guia para Justiça Climática - tecnologias sociais e ancestrais para o enfrentamento ao racismo ambiental na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Não como fruto de uma inspiração, mas sim de uma necessidade das cidades se adaptarem frente ao desafiador cenário global e local.

A primeira edição do Guia para Justiça Climática busca sistematizar esquematicamente as experiências de práticas, soluções e tecnologias sociais e ancestrais desenvolvidas em nossos bairros, favelas e periferias ignoradas pelo poder público, no enfrentamento aos desastres climáticos através de estratégias de adaptação e/ou mitigação dos impactos ambientais sofridos por quem menos contribui para as mudanças climáticas.



Foram 15 organizações entrevistadas e quatro perfis de lideranças que enfrentam o racismo ambiental.

Essa construção, que conta com a parceria de pessoas e organizações apoiadas pelo Fundo Casa Fluminense, lideranças de Agendas Locais 2030 e da Rede Favela Sustentável, também busca estimular a multiplicação dessas experiências entre lideranças e movimentos com o desejo de atuação no tema da justiça climática, apoiar estrategicamente ações de monitoramento e incidência local de políticas públicas na temática, ser material base para aulas, cursos, oficinas, circuitos e rodas de conversas territorializadas e ampliar o entendimento sobre os conceitos de **racismo ambiental** e **justiça climática** na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Discutir sobre justiça climática e racismo ambiental exige, além de uma abordagem interseccional, considerando as dimensões de classe social, gênero e raça. Sobretudo, levar em conta diferentes eixos temáticos que fazem parte e impactam a vida dos territórios vulnerabilizados, onde poderes atuantes são excludentes e negligenciam os cuidados com a população e o meio ambiente.

São negados direitos sociais básicos como habitação, mobilidade urbana, segurança pública, educação, saúde, entre os quais, ter acesso ou não - e a qualidade desse acesso - se reflete diretamente na forma como populações majoritariamente negras e pobres irão responder aos eventos meteorológicos e climatológicos.

Como sempre é temido, e infelizmente esperado, começamos 2023 com tragédias relacionadas à emergência climática na Região Sudeste. No Rio de Janeiro, favelas e periferias ficaram literalmente debaixo d'água, mostrando que a crise climática é, sobretudo, uma crise de habitação. Em ambas, há um marcador de raça, de gênero e territorialidade que, não coincidentemente, se repete como um padrão de desigualdade histórica.

📍 ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019



+ de 2,1 milhões
de moradias inadequadas,
em sua maioria chefiadas
por mulheres ¹



déficit habitacional
de 481 mil

📍 RMRJ, 2013 – 2022



4,8 milhões
de pessoas afetadas por
eventos climáticos relacio-
nados às fortes chuvas



+ de 85 mil
moradias e infraestrutu-
ras públicas danificadas e
outras 3 mil destruídas



R\$ 1,6 bilhão
em perdas e
danos ²

Fonte: Defesa Civil RJ

Em meio à construção deste *Guia*, de olho nos dados e análises mencionadas, a Casa Fluminense tem participado da composição da Frente Parlamentar pela Justiça Climática, constituída na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para pautar a criação da Secretaria Estadual de Emergência Climática. Valorizando justamente a Defesa Civil, o Ministério Público e levando o clima a sério, a pasta pode e deve coordenar, elaborar, planejar e executar planos e ações para adaptação, resiliência e mitigação, como propõe a **Agenda Rio 2030**.

Toda pesquisa tem seus sujeitos, espaços e ambientes. Também tem seus embates, recomeços e constantes modificações. Ela, em sua essência, é atravessada por caminhos e possibilidades analíticas, a fim de apresentar resultados - tantas vezes diferentes das nossas concepções e hipóteses iniciais. Eis a riqueza do compromisso de pesquisar: nos deparamos com inúmeras complexidades de um objeto e, assim, mergulhamos em novos caminhos e novas perguntas que vão percorrer a nossa prática de vida.³

Aproveite. Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

¹ Relatório Agenda Rio 2030, com dados da Fundação João Pinheiro, 2021.

² Eventos climáticos considerados: tempestades, inundações, enxurradas, deslizamentos, alagamentos, erosões costeira e fluvial, corridas de massa, ciclones e frentes frias.

³ Louback, Andreia. Dissertação de mestrado: **Jornalistas negras no Rio de Janeiro: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo**. CEFET, 2018.

A B C DO CLIMA

adaptação

os desastres climáticos já são uma realidade do passado, do presente e do futuro, a **adaptação** é uma alternativa para “moderar e evitar danos” ainda maiores. O adaptar-se pode ser tanto em questões de infraestrutura e arquitetura de bairros e favelas, como também de “gambiaras” que ajudam os territórios no enfrentamento dos impactos climáticos com menos prejuízos às pessoas, moradias e possibilidades de futuro.

ansiedade climática⁴

também conhecida por ecoansiedade, trata-se de um conjunto de consequências à saúde mental de uma pessoa após passar por eventos climáticos traumatizantes, como transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. Ela afeta, sobretudo, as pessoas pobres e racializadas. Apesar de todas as evidências de impacto à saúde mental das vítimas, a ansiedade ambiental ainda não é diagnosticada oficialmente pelos profissionais da saúde.

incidência política

ação de pressão, mobilização ou articulação com o objetivo de incluir pautas no planejamento, orçamento e execução, influenciando tomadores de decisão no Executivo, Legislativo, Judiciário ou mecanismos internacionais. Estratégia que envolve atos e campanhas que vão mobilizar uma causa prioritária, criar ou aprimorar uma política pública. Transformar realidades a partir da luta política, ainda que de forma suprapartidária.⁵

justiça ambiental

tanto o conceito como o movimento político, nasceram diante no contexto de exposição desigual de populações de baixa renda e, majoritariamente, racializadas, como negros e indígenas, aos impactos ambientais decorrentes do modelo econômico. No Rio de Janeiro, são as populações que vivem nas favelas, nos subúrbios e nas periferias são as que sofrem com ambientes insalubres, por conta da poluição do solo, água ou ar, proximidade com lixões e complexos industriais ou áreas sujeitas a alagamentos e deslizamentos, por exemplo.

justiça climática

conhecida como um desdobramento dos movimentos por justiça ambiental, o conceito vem da premissa incontestável de que os impactos das mudanças climáticas não são democráticos, afetando, sobretudo, populações racializadas e periféricas que menos contribuíram para esse processo. Logo, são uma questão de justiça social com gênero, raça e CEP, o que significa que, se as enchentes têm um impacto pior para quem vive nas favelas, periferias, quilombos, comunidades indígenas e áreas suburbanas e rurais, essas mesmas pessoas serão alvo da injustiça climática.

justiça energética

a busca por um acesso à energia elétrica que seja inclusivo, justo e que respeite os direitos humanos.⁶ Este acesso engloba a questão econômica (custo da energia) e a qualidade do serviço ofertado. Apesar de ser conhecido pela matriz energética limpa e renovável, diversos territórios do país vivem suas crises energéticas. Nas favelas do Rio, por exemplo, há um estigma dos famosos “gatos”, quando, na verdade, estas ligações clandestinas são o último recurso de seus moradores frente à omissão do poder público.

justiça hídrica

a luta pelo direito constitucional - e básico - à água limpa, potável, sem cor, sem cheiro e com acesso contínuo. Quando isso não acontece, seja por omissão do poder público ou pela dificuldade de acesso, há necessidade de promover **justiça hídrica**. Além disso, a poluição de rios, baías e bacias também ilustra o que significa justiça hídrica.

mitigação

desde a Revolução Industrial, os famosos vilões gases de efeito estufa (GEE), que vêm da nossa dependência de combustíveis fósseis, nos prejudicam em diferentes dimensões. Logo, a **mitigação** é um conceito que nos mostra que é preciso reduzir - a curto, médio e longo prazo - nossas emissões globais, nacionais, regionais e locais.

pobreza energética

quando o peso da conta de luz influencia diretamente o orçamento de famílias em contexto de vulnerabilidade econômica e social e representa mais de 10% da renda mensal de uma casa. Se o gasto com a energia elétrica compete com custos de sobrevivência, como alimentação, aluguel, medicamentos, educação, roupas etc., podemos classificar como pobreza energética. A baixa qualidade da energia distribuída nas periferias também é um problema por conta da menor eficiência, o que aumenta seu custo e as possibilidades de danos aos eletrodomésticos e acidentes.

⁴ <https://www.ecycle.com.br/eco-ansiedade/>

⁵ [Edital Agenda Rio 2030 do Fundo Casa Fluminense, edição 2023.](#)

⁶ <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/89699/84994>

⁷ <https://www.favelasustentavel.org/midia/relatorio-eficiencia-energetica>

⁸ <https://www.instagram.com/p/CZz4bCWJ-Qj/>

racismo ambiental⁷

“é a exposição desigual de algumas populações aos impactos e riscos socioambientais tendo como justificativa a localização geográfica, as características sociopolíticas, econômicas e ambientais de determinadas regiões e também pelo racismo estrutural que identifica os locais onde populações vulnerabilizadas vivem como potenciais zonas de sacrifício, onde ali permitem-se atividades de alto impacto socioambiental, a ocorrência de poluição, de contaminação, de recebimento de externalidades de processos sistêmicos como áreas irregulares de descarte de resíduos, deságue de efluentes etc.”

tecnologia ancestral

a ancestralidade pode ser decifrada como todo o conhecimento repassado de uma geração para a outra por meio de memórias e oralidade (conversas, histórias e ensinamentos de vida). Esses saberes são construídos culturalmente, transmitidos de pais para filhos, por meio de muitos rituais de aprendizagem e resistência. A **tecnologia ancestral** é uma ferramenta muito presente nas soluções em sistemas alimentares familiares e agroecologia, que são grandes alvos de injustiças ambientais e lidam com constantes ameaças devido ao agravamento das mudanças climáticas no Brasil.

tecnologia social

uma ferramenta que aponta caminhos de “como fazer” algo benéfico para comunidades, relacionamento entre as pessoas e os sistemas de convivência. Se uma técnica apresenta soluções para inclusão social, democratização do conhecimento e melhoria para a qualidade de vida, podemos caracterizar como tecnologia social.

QUEM ENFRENTA O RACISMO AMBIENTAL?

Em todo o mundo, populações tradicionais, negras, indígenas e empobrecidas são as que mais sofrem com o racismo ambiental e as mais desproporcionalmente impactadas pelas mudanças do clima. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não é diferente, pois são elas que moram em favelas, que resistem nos quilombos e aldeias e são desumanizadas quando direitos básicos lhes são negados.

As principais combatentes na luta por justiça ambiental e climática, que transformam suas dores em lutas, não apenas por sobrevivência, mas por dignidade.



PAMELA MÉRCIA



Moradora do centro de Petrópolis, pós-graduanda em engenharia ambiental, atua como educadora e consultora ambiental

PETRÓPOLIS

Petrópolis é uma cidade historicamente marcada pela desigualdade social e pelas tragédias resultantes dos deslizamentos diante das fortes chuvas. No último ano, após chuvas torrenciais, a cidade viveu a sua maior tragédia, que deixou 231 mortos e muitos desaparecidos.

Pamela, do Instituto TJNS, nos conta que ela e sua família, assim como muitas outras, são vítimas do racismo ambiental desde criança. Uma família preta com um histórico extenso de perdas por conta das chuvas fortes.

“Eu já dormi em beliche, com goteira de chuva caindo em cima do meu rosto e isso acontece com várias pessoas também. A gente não pode reduzir o racismo ambiental apenas a eventos extremos mais mortais, ele se faz presente nas chuvas mais rotineiras e nos danos diários provocados.”

UMA REDE DE APOIO CONTRA O RACISMO AMBIENTAL EM PETRÓPOLIS

Neste contexto surge o Instituto TJNS, iniciado em 2020, durante a pandemia, com mobilização para a entrega de cestas básicas para famílias em insegurança alimentar, capacitação profissional de mulheres e assistência jurídica para acesso a benefícios e direitos previdenciários, trabalhistas ou assistenciais.

Por meio do Sustenta Elas, um projeto do Instituto, oferecem para mulheres vítimas das chuvas, mães solo, sem ou com pouca renda e formação, majoritariamente pretas, capacitação para a produção de sabonetes, macramê e de brechós, visando à emancipação financeira, junto com a educação ambiental, além de oferecerem orientação sobre seus direitos

visando desenvolver lideranças que pensem políticas públicas territoriais.

A escolha de trabalhar com esse público parte do princípio que as moradias nas encostas da cidade são feitas tanto por ricos quanto por pobres, mas as vítimas das fortes chuvas são exatamente os mais pobres, por isso é estratégico trabalhar com mulheres chefes de família vítimas desses fenômenos.

“A gente precisa de políticas públicas para pessoas que vivem em áreas de risco, principalmente a questão da moradia. Da nossa parte, como sociedade civil organizada, é possível fazer formação com quem é afetado. Para evitar esse tipo de catástrofe, a gente precisa dialogar com quem é vítima para que ela se reconheça como tal e possa brigar pelos seus direitos. Porque se a gente tem muita gente brigando, as mudanças vão acontecer mais rápido.”

VALDIRENE COUTO



Liderança quilombola de Magé,
presidente da Associação da
Comunidade Remanescente do
Quilombo do Feital (ACORQF)

QUILOMBO DO FEITAL, MAGÉ

Os manguezais são importantíssimos para a manutenção da vida em ecossistemas costeiros, que estão perdendo cada vez mais espaço com a expansão desenfreada e sem planejamento das cidades. Quem mais sente essa mudança

são as diversas comunidades tradicionais, como pescadores e catadores de caranguejo, que vivem uma relação de subsistência muito sensível com esses ambientes.

Valdirene, também conhecida como Val Quilombola, é catadora de caranguejo e técnica em enfermagem. Ela conta que, apesar do panorama atual do manguezal ser melhor do que em relação há 30 ou 40 anos, ainda sim o ecossistema é afetado pela poluição de grandes empreendimentos na Baía de Guanabara e o descarte incorreto de lixo - que acontece mesmo com leis de proteção a esses ecossistemas.

Na luta quilombola há mais de 20 anos no Quilombo do Feital, em Magé, Val trabalha integralmente nas atividades do espaço sem renda nenhuma. A quilombola contou que exercer a pesca artesanal é um desafio cada vez maior, pois o pescador tem que competir com grandes embarcações, o lixo e a poluição da água. Uma superação de desafios diária que permite “sobreviver, mas não viver”.



Minha família e outras mais de 50 famílias são todas, praticamente, pescadoras e catadoras de caranguejo. Poucas são de peixe, a maioria está na cata do caranguejo, que é uma pesca totalmente artesanal e bem sofrida. As mulheres, inclusive, estão na linha de frente desse arte que é a arte de catar o caranguejo”

RESGATE DA MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NO QUILOMBO

E por conta de todas as problemáticas do dia a dia, os jovens não se interessam mais por exercer essas atividades, sendo que permanecem vivas pelas mãos dos mais antigos do quilombo.

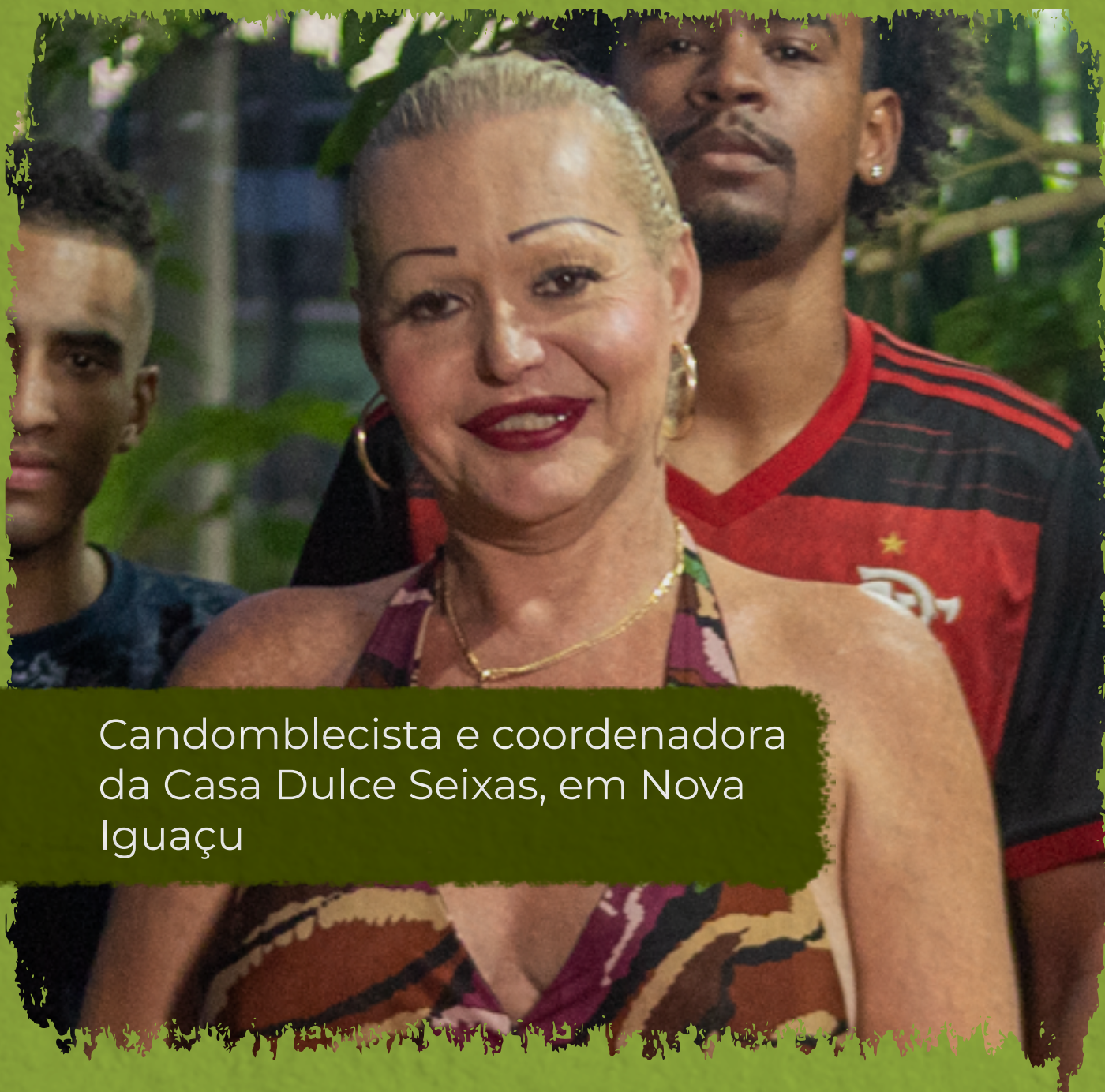
Existe uma profunda relação ancestral e histórica dessa população com o território quilombola e o manguezal. Porém, apesar de ter sido certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, em 2018, parte da própria comunidade ainda não se reconhece como quilombola. Existe um conflito de identidade, muitas vezes por questões religiosas.

Em paralelo a essas dificuldades, o trabalho do Quilombo do Feital é realizado, com esforço de ressignificar o território em que vivem pelo resgate da cultura e das tradições quilombolas, como o artesanato, a pesca e a cata de caranguejo.



Estamos trabalhando para que nossa população preta seja valorizada e respeitada. A gente pede a quem de fato tem o poder da caneta que atue nessas comunidades, que normalmente estão à margem da sociedade, porque vivemos muito o racismo ambiental”

SHIRLEY MARIA



Candomblecista e coordenadora da Casa Dulce Seixas, em Nova Iguaçu

NOVA IGUAÇU

Pelo décimo quarto ano consecutivo, o Brasil segue no topo do *ranking* mundial de países que mais matam populações transsexuais e travestis. No último relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), tivemos 131 homicídios em 2022 e a maioria das vítimas tinham entre 18 e 29 anos.

Hoje, a expectativa de vida de pessoas trans no nosso país é de 35 anos. Na contramão das estatísticas, conhecemos a jornada de Shirley, 47 anos, que coordena a Casa Dulce Seixas, em Nova Iguaçu. Conhecida como a única casa de acolhimento da Baixada Fluminense, o espaço é um oásis de resistência diante das injustiças climáticas e está constantemente na mira mais cruel da faceta do racismo ambiental no território.

Shirley reflete como a própria ausência de mais dados sobre o tema já é um alerta de como a população LGBTQIA+ é invisibilizada em diferentes agendas e espaços de poder. Quando pensamos no impacto das mudanças climáticas na comunidade, a invisibilidade de evidências das violações socioambientais no nível local, nacional e internacional é ainda maior.

UMA AMEAÇA AO ACOLHIMENTO LGBTQIA+ EM NOVA IGUAÇU

Além de ser uma casa de acolhimento em superlotação e sofrer diretamente com o impacto das enchentes, do calor, da falta de luz e contaminação da água, o mesmo terreno que divide o espaço é um centro de candomblé, onde a conexão do meio ambiente com a fé tem novos significados.

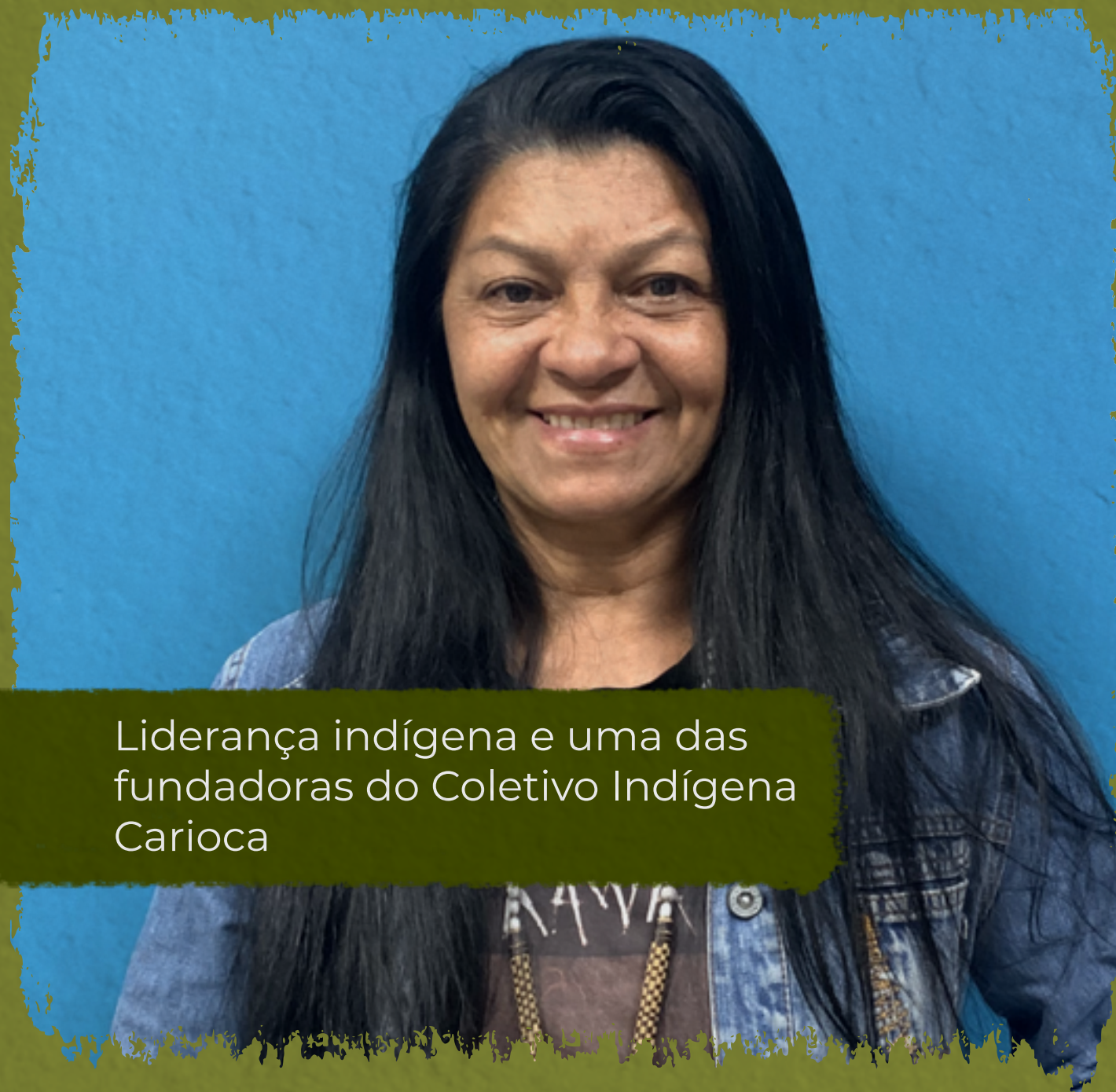
Em rodas de batuque, é comum alguém sentir um mal-estar por conta do calor. O barracão fica bem quente. O pessoal sua por conta da energia do ritual, e mais ainda por conta do calor intenso e só temos dois ventiladores. A pressão cai. O ser humano tem muita culpa da mudança climática, esquentamento global. Os orixás não têm nada a ver com isso.”

A lógica do racismo ambiental pode ser identificada na falta de planejamento urbano em Nova Iguaçu, nas áreas desmatadas e nas cachoeiras que foram fechadas, onde eram feitas oferendas. Fora isso, ainda tem os lixos a céu aberto que atraem moscas, doenças, fedor e toda forma de contaminação. A Casa Dulce Seixas também sofreu drasticamente com as enchentes deste ano. A parte elétrica ficou comprometida, as infiltrações invadiram as paredes e o lixo entupiu o encanamento.

“Por aqui, a água dá dor de barriga e diarreia de tão contaminada. Fizemos um poço artesiano. A conta de luz vem em torno de R\$ 1.100, pois no calor consumimos muito mais água e luz. Queríamos ter um painel solar, nossa própria horta e uma nova cisterna para aproveitar a água da chuva.”

Se o verbo “improvisar” na Casa Dulce Seixas pode ser interpretado como uma tentativa de sobrevivência, tanto da casa de acolhimento quanto do terreiro, o “existir” é a bandeira de luta em um país que, se não mata, nega o direito ao lugar de repouso e descanso ou do exercício digno de fé para a população LGBTQIA+.

TEREZA ARAPIUM



Liderança indígena e uma das fundadoras do Coletivo Indígena Carioca

RIO DE JANEIRO

Nascida no meio da floresta amazônica na Aldeia Andirá, Tereza é da etnia Arapium, originária da região do Rio Arapiuns, afluente do Rio Tapajós na Amazônia. Em sua aldeia, ela vivia com sua bisavó, que era parteira, consertadeira - consertava os ossos do povo da aldeia - e uma grande agricultora. Suas ou-

tras bisavós eram artesãs e o pajé era o curador da aldeia. Lá eles viviam da plantação de mandioca e outras raízes, da coleta de frutos da floresta, como açaí, bacaba e pataúá, e do trabalho coletivo. Mas Tereza conta que hoje isso não é mais possível por causa do aumento da perseguição aos povos indígenas e do desmatamento da floresta Amazônica.

Tereza viveu no seu território com seu povo, com sua cultura e crenças até seus 12 anos, quando teve que ir para cidade de Santarém para conseguir estudar, devido à influência de uma igreja construída próxima de onde viviam. Deixar a aldeia e viver na cidade foi bem difícil para ela, pois seu povo não tinha muito contato com pessoas não-indígenas e o modo de vida era completamente diferente.



Quando devasta floresta, não devasta só a árvore, mas o habitat dos animais da floresta. Destrói o bioma, destrói tudo. Por isso que existe esse grande desequilíbrio ambiental das mudanças climáticas. A devastação ambiental causa o desequilíbrio do mundo, do planeta."

DA FLORESTA AMAZÔNICA À MATA ATLÂNTICA, UMA HISTÓRIA DE LUTA

A população indígena foi o primeiro alvo do racismo ambiental quando suas terras e seus modos de vida foram usurpados. Além da chegada da igreja, Tereza relata que a chegada dos madeireiros, da mineração e do agronegócio foi destruindo tudo ao redor de sua

aldeia. Os rios foram poluídos, a floresta desmatada, as caças extintas e, hoje, com as mudanças climáticas, chegaram também as grandes secas e enchentes.

Apesar de morar no Rio, Tereza sempre se manteve muito ligada aos seus parentes. Foi a partir da luta da sua aldeia pela terra, liderada pelo seu pai Bruno, que ela iniciou sua trajetória na militância da causa indígena, tornando-se uma importante liderança.



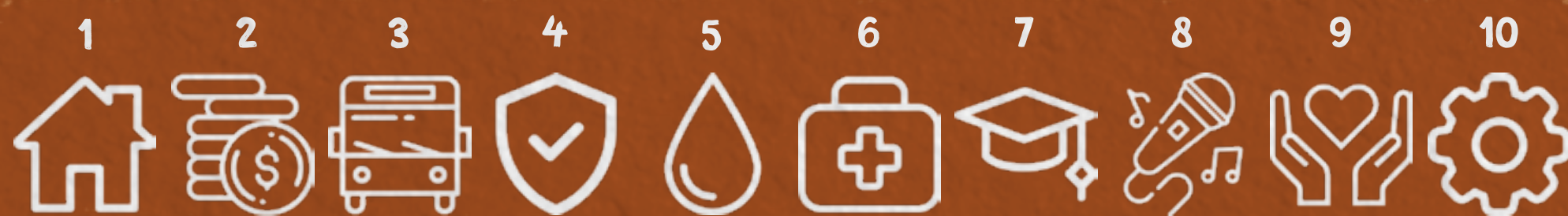
Quando eu falo meu povo, não é só o meu povo Arapium, mas são todos os meus parentes que precisam de mim, que eu posso de alguma forma ajudar, seja no Rio de Janeiro ou em qualquer lugar que eu esteja. O meu povo, os meus parentes, são meus irmãos. Então eu fui para o movimento criar o Coletivo Indígena Carioca aqui no Rio."

Tereza foi uma das fundadoras do Coletivo Indígena Carioca e uma das articuladoras da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu em 2019. Ela também participa do Acampamento Terra Livre, a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, e do Levante pela Terra, um movimento indígena contra iniciativas governamentais que ameaçam os povos indígenas. Além disso, Tereza participa do movimento político partidário, sendo filiada ao partido Rede Sustentabilidade.

TECNOLOGIAS SOCIAIS & ANCESTRAIS

As tecnologias sociais e ancestrais são compostas por múltiplas estratégias que emergem a partir de um determinado contexto social, geográfico e político, portanto, elas são territorializadas. O que não impede de serem inspiração para outros territórios.

As experiências das tecnologias apresentadas a seguir demonstram que elas são ainda multissetoriais, ou seja, perpassam por questões de habitação, saúde, educação, entre outras. Isso demonstra que a própria luta por justiça climática é um desafio multissetorial.



**1. Habitação; 2. Emprego; 3. Transporte; 4. Segurança; 5. Saneamento; 6. Saúde;
7. Educação; 8. Cultura; 9. Assistência Social; 10. Gestão Pública**





A MISSÃO DE UMA COZINHA AFETIVA COMUNITÁRIA SUSTENTÁVEL EM ITAGUAÍ

A.M.I.G.A.S - Associação de Mulheres de Itaguaí Guerreiras e Articuladoras Sociais

Missão do projeto: liderado por Anna Paula Sales, a A.M.I.G.A.S apresenta uma proposta de cozinha afetiva, comunitária e sustentável e capacitação profissional. Além disso, o projeto tem como princípio o enfrentamento à violência doméstica e a economia solidária.

 **Itaguaí**

Data da entrevista: 17 de março de 2023

Estratégias-chave: mobilização social; cozinha afetiva comunitária; capacitação profissional.

Temas:   

A aproximadamente 73 quilômetros da capital no estado do Rio de Janeiro, encontramos Itaguaí. O município situado na Baixada Fluminense e próximo a Costa Verde, possui uma geografia caracterizada por montanhas e planícies que não esconde um profundo abismo de desigualdade social, racial e econômica entre os bairros, vielas e rios do lugar.

ENTENDA O PROBLEMA

Como nunca conjugamos desigualdades no singular, há muitos enfrentamentos acontecendo ao mesmo tempo em Itaguaí. O município, além de sofrer com a crise climática, enchentes trágicas e um calor extremo, tem uma crise habitacional da população ribeirinha, que vive às margens do valão. Como não há saneamento básico, as águas do riacho se perdem entre os afluentes de contaminação. Meia hora de chuva é o tempo necessário para que todo o bairro do Engenho fique literalmente debaixo d'água. E, assim, o ciclo de perdas (re)começa.

Logo na entrada do município, já é possível perceber que não há planejamento urbano e nenhuma obra da prefeitura para a drenagem de água. A contradição é que a Prefeitura de Itaguaí faz editais com verbas de R\$ 35 milhões destinados ao saneamento básico e drenagem. Na prestação de contas, o dinheiro consta como utilizado. A pergunta que a população de Itaguaí ainda não consegue responder é: onde? Não há melhora, nem progressos. Nesse sentido conversamos com Anna Paula, uma liderança comunitária à frente do A.M.I.G.A.S.



No último sábado choveu e tivemos que fazer de tudo para socorrer os moradores que já não têm nada - e a cada chuva perdem mais ainda. Ser pobre aqui em Itaguaí é para morrer de alagamento, de perder tudo, toda hora.”



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A A.M.I.G.A.S nasceu durante a pandemia da Covid-19, como uma estratégia de resposta rápida ao cenário de insegurança alimentar que assombrou centenas de famílias na época. Em meio a um cenário de morte, fome e desesperança, o projeto fez o que o estado e o governo federal da época escolheram não fazer.

A maioria das pessoas assistidas pelo projeto são famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, egressos do sistema prisional, juventudes negras, mulheres que enfrentam violência doméstica e dependentes químicos. Diante de tantas violações, a sede do projeto, localizada no bairro do Engenho, luta para ser um verdadeiro oásis diante de tanto sofrimento pela sobrevivência.

Nesse sentido, uma das vertentes em que a A.M.I.G.A.S atua é com a distribuição de quentinhas no território - uma estratégia necessária frente ao preço alto do gás e a impossibilidade dos assistidos prepararem a própria comida. A distribuição é mantida graças a recursos disponibilizados por outras instituições parceiras.

Contudo, além da simples entrega de alimentos, o projeto desenvolveu uma verdadeira Cozinha Afetiva Comunitária Sustentável, pois além de ser uma cozinha solidária, também passou a ser um centro de empreendedorismo e capacitação na área de gastronomia e turismo para os assistidos. E parte dos alunos que finalizaram o curso conseguiram oportunidades de emprego a partir disso.

Um outro movimento do projeto foi a construção de uma horta comunitária e um galinheiro com o objetivo inicial de complementar a alimentação das quentinhas distribuídas. Entretanto, ambos foram afetados pelas fortes chuvas de verão, o que inviabilizou a produção temporariamente.



Ninguém tem dinheiro para nada. Quantas vezes fizemos a horta aqui e tivemos que reconstruir por conta das chuvas? Estamos fazendo uma campanha para suspendê-la com o tijolo”.



O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Para alcançar a justiça climática no futuro, Anna Paula nos diz que as pessoas do Engenho precisam de equilíbrio. Equilíbrio do desenvolvimento da comunidade, dos moradores e com a conservação do meio ambiente. Todos juntos e juntas em prol uns dos outros.



UM FILME DE SOBREVIVENTES PARA SOBREVIVENTES

Visão Coop

Missão do projeto: organizar redes de cooperação por meio de tecnologias sociais, digitais e verdes da Baixada Fluminense.

Queimados

Data da entrevista: 28 de março de 2023

Estratégias-chave: mapeamentos; brigada cidadã; produção audiovisual; educação climática; produção de manual.

Temas:     

O Visão Coop é um laboratório cívico que organiza redes de cooperação e trabalha com **tecnologias sociais**, digitais e verdes na Baixada Fluminense. De acordo com uma de suas idealizadoras, Fabrícia Sterce, o laboratório começou a atuar na pauta de **justiça climática** a partir de uma própria demanda do território.

ENTENDA O PROBLEMA

Queimados é a cidade mais negra da metrópole. Situado na Baixada Fluminense, o município sofre com recorrentes episódios de chuva devido à falta de saneamento básico e de cuidado com os rios da cidade. De acordo com o Visão Coop, os locais mais atingidos são os bairros de Santa Rosa e Piabas, onde a maioria de seus moradores é formada por mulheres pobres, negras e mães solo. Essas famílias são vitimadas de várias formas. São danos à saúde física — **devido às doenças de pele e infecções gastrointestinais** — e mental, por conta da ansiedade climática que acomete essas populações. Além das perdas materiais, que são recorrentes. As pessoas chegam a desistir de mobiliar suas casas.

A partir das chuvas de 2020, após sofrerem com consecutivos episódios de enchentes e a consequente inundação da cidade, os integrantes do Visão Coop perceberam que este não era um fato isolado e que precisavam fazer alguma coisa. Indignados com o descaso e falta de resposta do poder público, a equipe passou a se mobilizar para que a própria população pudesse se proteger e se socorrer nos eventos de chuvas intensas.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

O Visão Coop começou a fazer uso de algumas estratégias para enfrentar o problema, como a organização de uma brigada contra enchentes a partir de ferramentas como Excel, WhatsApp e Facebook para identificar quais eram as famílias afetadas, onde estavam localizadas e, dessa forma, elaborar estratégias de atuação, como resgatar pessoas, fazer limpeza de casas e distribuição de alimentos, por exemplo.

O objetivo é mostrar para os moradores que as enchentes não são eventos naturais, a culpa não é da chuva, mas sim que estão relacionadas à falta de saneamento básico e infraestrutura urbana.



Mesmo com a brigada contra enchentes que a gente vinha fazendo no território, estamos também sempre incidindo com o poder público, levando os dados que a gente coletava, quais e quantas famílias eram atendidas, cobrando eles.”

Com base na experiência da brigada, o grupo elaborou um **manual chamado “Como Combater Enchentes: Antes e Depois”**, onde explicam os passos necessários para que a própria população possa se socorrer frente ao descaso do poder público, como, por exemplo: **construir um mutirão emergencial, mapear pontos de vulnerabilidade e localizar famílias, oferecer doações e suporte para limpeza de casa**. O objetivo do manual é compartilhar com outros territórios que sofrem os mesmos problemas, os conhecimentos adquiridos de como agir em situações emergenciais causadas pelas enchentes.

Outra forma foi a **produção de um filme** chamado “*Como Sobreviver ao Racismo Ambiental*” que aborda casos na Baixada Fluminense como: queimadas, enchentes e contaminação dos solos e das águas. Essa é uma forma de registrar o que essas pessoas enfrentam e como sobrevivem às consequências do racismo ambiental, apontando estratégias como: obras de adaptação das casas, reflorestamento de florestas urbanas e de matas ciliares e o uso do eucalipto na descontaminação do solo.

Fabília Sterce, diretora do filme, acredita no potencial de troca que um produto audiovisual tem, ao apresentar outras perspectivas ao telespectador. A produção de um filme foi a estratégia que a equipe encontrou para que a **Baixada fosse vista e ouvida** a partir do protagonismo de pessoas que sempre foram invisibilizadas. O objetivo do Visão Coop é realizar um **circuito do filme** na Baixada Fluminense.

A gente está eternizando essas histórias, eternizando as narrativas de pessoas que não sofrem desde ontem, desde hoje, mas que sofrem desde muitos anos e que merecem ter suas falas eternizadas nesse filme.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

O Visão Coop acredita que não é possível desvincular o racismo de todos esses problemas, ele é causa primária de todos eles, pois desumaniza a população negra. Então, para começar a transformar essa realidade de degradação humana é preciso, primeiro, que o poder público enxergue essas pessoas como seres humanos que são.

Para o grupo, o enfrentamento de questões climáticas, passa, necessariamente, pelo enfrentamento das desigualdades sociais.



O 1º FÓRUM CLIMÁTICO DA BAIXADA FLUMINENSE



Fórum Climático de Magé

Missão do projeto: tornar o debate do clima popular pela potencialização das organizações já existentes em Magé.

 **Magé**

Data da entrevista: 29 de março de 2023

Estratégias-chave: mapeamento de organizações locais; incidência política

Temas:    

O Fórum Climático de Magé (FOMA) foi criado pelo desejo de discutir a questão climática dentro do território de Magé a partir de uma experiência de crise que os próprios idealizadores do projeto passaram. William Jefferson, quilombola e um dos idealizadores, contou que, no final do ano de 2020, as enchentes causadas por chuvas intensas afetaram gravemente centenas de pessoas que tiveram suas casas alagadas em meio à pandemia do coronavírus.

A situação mais crítica foi no bairro Buraco da Onça, localizado entre um morro e um rio. Lá, as pessoas perderam tudo, pois havia de um lado o nível do rio subindo e do outro o barranco descendo. William e Anderson Ribeiro, outro representante do FOMA, atuaram na distribuição de cestas básicas e na preparação de quentinhas.

Mesmo já tendo passado por outros episódios de enchentes, William e Anderson perceberam que os eventos estavam se intensificando. Foi nesse momento que resolveram se juntar a Carla Lubanco, também idealizadora do FOMA, que já estava pensando em algo para promover o debate climático em Magé. A partir de então, o FOMA surgiu e hoje seu núcleo é formado por seis jovens historicamente engajados com pautas ambientais em Magé, dos quais quatro são mulheres, três delas negras, e dois são homens, um quilombola e um indígena. O fórum conta hoje com o apoio de mais 14 voluntários.

ENTENDA O PROBLEMA

Magé é uma cidade da Baixada Fluminense localizada entre a Baía de Guanabara e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde parte da sua área protegida está dentro dos limites do município. Este contexto geográfico é responsável pelo fato de Magé ser banhada por muitos rios que nascem na Serra dos Órgãos e deságuam na baía.

Para William, o principal fator dos problemas ambientais e climáticos de Magé acontece pela falta de gestão técnica qualificada dos cursos d'água da cidade por parte do poder público, que também falha ao conscientizar a população da importância da preservação dos rios.

Devido ao descaso, a maioria dos rios da cidade é assoreada, alguns foram até mesmo aterrados. A consequência disso são as enchentes nos períodos de chuva, o nível dos rios sobe e eles invadem ruas e casas,



trazendo destruição e doenças para populações vulneráveis, como, por exemplo, a leptospirose, uma doença que pode levar a óbito. As fortes chuvas e enchentes atingem ainda a agricultura familiar, que é bastante forte na cidade. Com a crise climática, os agricultores convivem com a imprevisibilidade e a perda recorrente das safras.

Já os pescadores e marisqueiras de Magé enfrentam tanto a poluição dos mangues quanto o avanço das marés que vêm engolindo os manguezais. O que é bastante grave pela importância ecológica do mangue de ser berçário e refúgio de inúmeras espécies marinhas. Preservar essas áreas não é apenas garantir a renda de pescadores e marisqueiras, mas garantir a própria biodiversidade da vida marinha.



*Acho que é a questão do racismo ambiental que tem que ser resolvida nessa cidade. E aí o problema é de base. Como é que a gente resolve **racismo ambiental** se a gente não tem nem gente antirracista no poder público?"*

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

O FOMA funciona como um agente aglutinador das iniciativas que existem em Magé. Das 26 organizações mapeadas na cidade, cerca de 20 participaram do primeiro encontro do fórum. Todas tiveram representantes pautando sobre a questão climática e denunciando o racismo estrutural, que retira o direito à herança de populações não brancas quando são elas as que sempre estão perdendo suas casas e seus bens. O evento contou ainda com a presença de parlamentares e especialistas no tema.

Os debates, ideias e demandas compartilhadas no fórum foram sistemati-

zadas em uma Carta Manifesto que traz um conjunto de propostas de políticas públicas para a cidade separadas por eixos. A carta foi apresentada na Conferência Municipal de Meio Ambiente e, após uma votação unânime, encaminhada para o Conselho de Meio Ambiente. O FOMA também participou do lançamento da Frente Parlamentar pela Justiça Climática na ALERJ que tem como objetivo promover políticas climáticas para o estado do Rio de Janeiro.



A ideia é principalmente multiplicar os saberes que a gente já adquiriu e os saberes que a gente tem adquirido com as pessoas. E levar isso para mais gente possível, botar o debate para ser popular."

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Para 2030, o que os idealizadores do FOMA desejam é expandir o fórum, fomentar o debate climático em outros territórios e nas escolas, a fim de conscientizar também as futuras gerações.



OCUPAÇÃO CULTURAL E RESISTÊNCIA EM REALENGO



Agenda Realengo 2030

Missão do projeto: reivindicar a construção do Parque Realengo Verde a partir das demandas da população local.

 **Realengo**

Data da entrevista: 4 de abril de 2023

Estratégias-chave: agenda local de políticas públicas; curso de políticas públicas; atividades culturais; ocupação; mapeamentos territoriais; mapa de calor.

Temas:    

Há décadas moradores vêm lutando para que uma área abandonada no centro de Realengo, onde se localizava uma fábrica de cartuchos desativada em 1978, seja transformada em uma área ecológica. Em 2019, os moradores fizeram um mutirão de limpeza em parte desta área que, assim como o restante, estava abandonada e servindo como depósito de entulho. Com a limpeza do terreno passaram a ocupar o espaço por meio de atividades culturais, políticas e de lazer.

ENTENDA O PROBLEMA

Realengo é um bairro periférico, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É o quarto bairro mais populoso da cidade e sofre muito nos períodos de calor. Isso porque, além da densidade urbana e da escassa presença de áreas verdes, o bairro tem uma tendência natural de ser mais quente por conta do seu contexto geográfico, uma área de vale entre o Maciço da Pedra Branca, o Maciço de Gericinó e a Serra do Mendanha, condição que dificulta a circulação de ar.

O bairro também é reconhecido pela ocupação militar e industrial que ocorreu no século anterior. Como herança deste passado, Realengo vem sofrendo com o que seus moradores chamam de especulação militar-imobiliária, pois muitos terrenos do bairro pertencem aos militares. Enquanto o movimento pelo Parque Verde luta por uma área verde, ecológica e pública, há esse contramovimento que vem promovendo a construção de mais prédios e mais condomínios na região, privilegiando poucos em detrimento de muitos.

Nos últimos meses, a área da Ocupação Parquinho Verde foi demolida pela prefeitura junto dos comércios situados no entorno do parque para o início da construção do novo Parque de Realengo, deixando diversas famílias sem sua fonte de renda e sem nenhuma contrapartida. Marcelle Oliveira, uma das idealizadoras da **Agenda Realengo 2030**, ressalta que os moradores se queixam que não foram ouvidos pela prefeitura na construção do novo parque – cujo projeto pretende ocupar apenas 54% do terreno – e temem que em vez de ser um lugar ecológico, verde e acessível, se transforme em um espaço de concreto para shows e eventos.

Atualmente, o que se construía como um espaço possível e sonhado pelos moradores tornou-se em um canteiro de obras, escuro, sem verde e sem vida.



Quando você pensa em colocar um grande parque no centro de um bairro que já é superpopuloso, superquente, com vários desafios e fala que o melhor que aquele lugar pode ter é uma grande árvore de Singapura superturística, você não tá entendendo nada, não passou um dia aqui.”

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A Agenda Realengo 2030 é fruto do movimento pelo Parque de Realengo Verde, que participou de um processo de financiamento coletivo que possibilitou a realização do Festival Avante Parquinho Verde, assim como uma série de melhorias no local.

A partir de então, o terreno baldio transformou-se na Ocupação Parquinho Verde, uma área verde e de convivência para os moradores. Tinha horta que dava frutas, legumes e PANCs para colheita, composteira, teto verde e redirecionamento da água da chuva. Era onde as pessoas poderiam se encontrar para trocar conhecimentos, conversar e sonhar juntas possibilidades para uma cidade sustentável.

A Agenda também é construída a partir do **Curso de Políticas Públicas** de Realengo, que foi realizado na área do Parquinho Verde. As atividades contaram com a participação de cerca de 40 lideranças, não só de Realengo, como também de outros bairros da Zona Oeste.

Além das aulas, o curso contou com uma série de atividades participativas para que as pessoas pudessem expressar suas ideias, sonhos e desejos para Realengo. Após a realização do curso, houve um **processo de sistematização dessas propostas** realizado por uma equipe multidisciplinar. O grupo ainda realizou uma série de **mapeamentos no território** sobre habitação, localização das praças, de iniciativas e ações locais e um **mapa de calor**, que confirmam a eficiência das áreas verdes na minimização da temperatura e na

promoção de qualidade de vida para seus moradores.

Foram formuladas na Agenda Realengo 2030 propostas de políticas públicas para a região, nos eixos de Justiça Socioambiental, Habitação, Qualidade de Vida, Cultura e Territorialidade e Participação Social.

A Ocupação Parquinho Verde, pela cultura, fez com que a gente conseguisse mobilizar muitas pessoas em torno da ideia de que mudanças climáticas são um assunto para hoje, é um assunto urgente e que precisa da nossa participação.”



O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Uma das idealizadoras da Agenda Realengo 2030, Marcele Oliveira, acredita que para superar a especulação militar-imobiliária, esse movimento de construção de condomínios privados para obtenção de lucro, é preciso se apropriar da memória do território como estratégia política para reivindicar o bairro que desejam.



DOULAGEM COLETIVA NO LIXÃO DE ITAOCA



Espaço Gaia

Missão do projeto: enfrentar o racismo ambiental, garantir a segurança alimentar e os direitos reprodutivos das mulheres do Lixão de Itaoca.

Itaoca

Data da entrevista: 6 de abril de 2023

Estratégias-chave: doulagem; rodas de conversa; espaços verdes; captação de água da chuva.

Temas:   

O Espaço Gaia, idealizado pela doula e ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos, Laura Torres, atua há dois anos com as mulheres do antigo Lixão de Itaoca. Seu objetivo inicial de combater a violência obstétrica, por meio de rodas de conversa, se expandiu ao se deparar com a realidade vivida pelas moradoras. Nessa troca com as mulheres, Laura compreendeu que o racismo ambiental é uma das facetas mais cruéis da violência obstétrica, do pré-natal ao puerpério.

Para além dos limites da maternidade, o racismo ambiental que ataca as mulheres e as impede, por exemplo, de viver com dignidade as fases da maternidade, pode e deve ser visto como violência obstétrica. A ausência de saneamento básico, a falta de acesso à água potável e os episódios de enchentes afetam drasticamente a vida de gestantes, puérperas e bebês, pois potencializam o risco de contaminação, de serem desabrigadas e até mesmo de praticar higiene pessoal.

ENTENDA O PROBLEMA

Localizado no município de São Gonçalo, o Lixão de Itaoca foi desativado em 2012, deixando um número significativo de catadores desamparados que ali residiam e retiravam sua fonte de renda. As famílias que ainda moram em Itaoca vivem em barracos de madeira, sem saneamento básico, em meio aos valões e à contaminação do solo devida à atividade do lixão.

A população, que é formada majoritariamente por pessoas pobres, negras e que ainda sobrevivem da reciclagem, sofre com a falta de acesso à água há mais de oito anos. Na localidade só existe uma bica clandestina onde as mulheres precisam buscar água. Laura relatou que já presenciou pessoas até mesmo filtrando chorume para lavar roupa, por exemplo. Já houve uma grande obra para instalações de tubulações de água, mas elas nunca foram ativadas.



Muitas das meninas fizeram cesárea. Como você cuida de uma cirurgia de alto risco em um lugar que é muito quente, muito sujo e que não tem água?”



No que se refere à energia, devido ao elevado preço do gás de cozinha, muitas famílias de Itaoca estão recorrendo à lenha para cozinhar, retrocedendo há mais de dois séculos, quando a lenha era a principal matriz energética do país.

Outros problemas graves de Itaoca são o calor extremo e as enchentes causadas pelas chuvas intensas. Problemas agravados pelo fato de Itaoca ser rodeado de montanhas, o que impede a circulação de ventos e ser ponto de confluência das águas que correm em direção à Baía de Guanabara. São eventos que estão se tornando cada vez piores e afetam de maneira mais severa mulheres e mães.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A realidade das mulheres de Itaoca é de extrema vulnerabilidade e de violação de direitos. Nesse sentido, o que o Espaço Gaia vem fazendo junto dessas mulheres é uma verdadeira ação de doulagem coletiva. O projeto faz o acompanhamento de todo o período gestacional e pós-parto dessas mulheres oferecendo o suporte necessário para mãe e bebês, realizando inclusive chás de fralda coletivos.

O Espaço Gaia promove também algumas ações emergenciais para distribuição de água e gás de cozinha, além de elaborar projetos para a criação de espaços verdes, com o objetivo de minimizar os impactos do calor, ser espaços de convivência; e para captação da água da chuva em parceria com a *startup* Águas Resilientes, para garantir o acesso à água.



Quando a gente pensa em justiça climática como um todo, na questão delas não terem acesso à água e isso aumentar o risco delas terem qualquer contaminação, que vai afetar a gestação e vai afetar a existência do bebê ali dentro.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Para o futuro, Laura não quer falar pelas mulheres de Itaoca. Ela luta para que essas mulheres entendam seus direitos e, assim, possam se emancipar - tanto sexualmente quanto financeiramente. E, enfim, que tornem-se porta-vozes das suas próprias histórias, vivências e realidades em Itaoca.





O PODER DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA BICICLETA EM QUEIMADOS

Pedala Queimados

Missão do projeto: impulsionar a transformação social pela bicicleta, com foco na geração de trabalho e renda, redução das desigualdades e promoção da cidadania.

Queimados

Data da entrevista: 8 de abril de 2023

Estratégias-chave: geração de renda; mobilidade ativa e inclusiva; redução das desigualdades; produção de bicicletas de bambu.

Temas:  

Para alguns de nós, aprender a andar de bicicleta envolve várias memórias afetivas na infância e adolescência. Carlos Greenbike, porém, aprendeu só na fase adulta - e no susto. Quando ele trabalhava como vendedor de doces, uma senhora da Zona Sul do Rio de Janeiro ofereceu doar uma *bike* e perguntou se ele sabia andar? “Eu aprendo, tia”, ele pensou. O que ele não sabia era que aquele episódio marcava o início de uma transformação social que estava prestes a acontecer em Queimados, “a cidade mais violentada antes de ser a mais violenta” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A ONG Pedala Queimados nasceu justamente para empoderar a população local na luta contra as opressões sociais e raciais e a violência. Essa luta se dá, principalmente, nas ações para romper as barreiras da mobilidade urbana no Rio, por ciclovias de qualidade e para que o ciclismo entre na agenda de prioridades do transporte público. Assim, nasceu a organização que faz incidência política para **geração de renda, equidade social, redução das desigualdades e promoção da cidadania por meio da bicicleta.**

ENTENDA O PROBLEMA

Existe um ponto que antecede a luta por transporte público de qualidade a um preço acessível para a população pobre e preta. Há uma luta por existir. O que nos alerta que, para além da necessidade de promover a mobilidade sustentável em territórios vulnerabilizados pela pobreza, violência e desigualdade, é preciso refletir à luz dos privilégios e oportunidades.



Na pandemia, as cestas básicas foram distribuídas de bicicleta. Em uma questão de enchente, se você entrar de carro, você parou. O teu carro já era. A bicicleta não, você consegue empurrar e passar. Até para isso ela é fundamental. O que falta são os gestores públicos entenderem ela como transformação social, e não como esporte.”

Uma das facetas clássicas do racismo ambiental é como a falta de segurança viária e pública estão interconectadas. Em territórios periféricos, a infraestrutura e o planejamento urbano não acolhem os ciclistas. Quando esse problema não é fatal, ele agrava ainda mais as desigualdades por levantar outras **barreiras ao acesso e ao direito de ir e vir na cidade.**



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Diante desse problema de mobilidade urbana — e muitos outros —, Carlos Greenbike idealizou uma oficina de bicicletas de bambu, que além de estilizadas são muito resistentes a longas distâncias. Como tecnologia social, a montagem de *bikes* sustentáveis acontece coletivamente.

Essa construção estratégica promoveu muitas oficinas de formação, que integrou sobretudo juventudes pretas e periféricas de Queimados na tecnologia da bicicleta. Afinal, para quem é e para quem deve ser a cultura da bicicleta? E, enquanto a cidade não atender esse crescimento do uso da *bike*, a tecnologia será limitada pela geografia de um planejamento urbano excludente e racista.

Eu não preciso mais ter R\$ 7,40 para poder chegar no Rio de Janeiro de ônibus, de van, sei lá. Antes eu dependia exclusivamente disso. Se eu não tiver R\$ 200, eu não chego em São Paulo. Hoje eu chego, eu cheguei, mesmo sem ter dinheiro.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Fortalecer o turismo regional como política pública é uma estratégia ambiciosa. Os benefícios não são apenas para a saúde, mas também para a geração de renda e valorização do que existe no território de Queimados. O racismo ambiental se manifesta além das distâncias que precisam ser percorridas com a bicicleta, mas também nos impedimentos que se impõem quando homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, resistem em suas identidades de ciclistas para gerar renda, promover o acesso e inclusão nas oportunidades da cidade.

Em Queimados, os bairros Parque Ipanema, Santo Expedito, Parque Industrial, Santa Rosa são áreas que têm pouquíssima incidência do poder público. Em parte porque não há nenhum vereador nesses territórios periféricos, tampouco uma liderança comunitária que tenha algum alinhamento com a prefeitura ou algum representante do Poder Executivo. Enquanto 2030 não chega, a população de Queimados segue em luta. “Lutar para existir no sentido de ser visto, de ser lembrado, de ser colocado e inserido dentro das políticas públicas, nos planos de desenvolvimento sustentável e projetos do estado, do governo.”





TELHADOS VERDES PARA ENFRENTAR AS ILHAS DE CALOR

Teto Verde Favela

Missão do projeto: impulsionar a tecnologia dos telhados verdes nas favelas cariocas para mitigar a temperatura das casas.

 **Parque do Arará, Benfica**

Data da entrevista: 12 de abril de 2023

Estratégias-chave: adaptação climática; mitigação; áreas verdes; redução do uso de energia elétrica; geração de renda.

Temas:   

Se as ondas de calor afetam as cidades, é preciso sempre lembrar que esse mesmo impacto nas favelas e periferias pode ser ainda pior. Foi o que Luiz “Sanduba” Cassiano, como é conhecido no Parque do Arará, nos contou sobre o desenvolvimento da tecnologia social do **teto verde**. Um verdadeiro jardim cultivado nos telhados. Uma arquitetura que mistura estrategicamente muitas espécies de plantas com duas finalidades-chave: adaptação das casas e mitigação do calor.

ENTENDA O PROBLEMA

A vulnerabilidade vivida nas favelas é um tema sensível que envolve **justiça energética** e a problemática do racismo ambiental. Isso porque, diante da ausência e descaso do poder público, em territórios favelados outras ausências entram em cena. O alto custo da energia intensifica um cenário de **pobreza energética**, onde famílias precisam fazer escolhas difíceis entre o investimento em alimentação *versus* o pagamento da conta de luz.

E quanto mais faz calor no verão (e em outras estações), mais os moradores do Parque Arará precisam investir em ventiladores, ares-condicionados e alternativas que ajudem a mitigar aquela sensação intensa de estar literalmente dentro de uma estufa. Na favela é possível encontrar alguns tetos verdes feitos pelas mãos de Cassiano.



O teto verde é tão poderoso que é também à prova de bala em caso de tiroteio, que é uma realidade comum nas favelas do Rio de Janeiro.”

Além disso, a ausência do verde nas favelas no Rio de Janeiro revela mais uma camada do racismo ambiental, que priva populações faveladas de um contato mais próximo com a natureza. A falta de árvores consequentemente produz regiões sem sombras, acentuando o calor e trazendo desconfortos e prejuízos à saúde física e mental.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E ANCESTRAIS

Criado para ter dupla finalidade - refrescar no verão e aquecer no inverno - o **teto verde** foi uma tecnologia verde revolucionária que inspirou Cassiano a replicar em outras casas, pontos de ônibus e favelas do Rio, além de multiplicar esse conhecimento para que outras pessoas pudessem aprender. A relação de afeto, cuidado e cultivo que tem com as plantas se transforma em **uma estratégia de mitigação**. A estética sustentável, que reproduz um jardim, **ameniza ruídos da poluição sonora**, é um climatizador natural e, por isso, **reduz o uso de energia**, além de também ter uma função de aquecedor.

E engana-se quem pensa que a umidade que é responsável por regar a tecnologia verde atrai mosquito, insetos ou provoca mofo nas casas. Isso é mito. Os ecossistemas vão se construindo e se adaptando à arquitetura do teto verde. Tudo isso com um custo baixo: R\$ 200-250 por metro quadrado. A técnica, que mistura plantas e raízes medicinais e nutritivas, pode ser feita até mesmo sob um colchão velho, o mais importante é que os filamentos tenham força suficiente para sustentar as plantas. Formado por uma manta geotêxtil de bidim (vulgo bidim), o que evita a perda de substrato e nutrientes para a manutenção das plantas.

Com o telhado verde é possível mudar a qualidade de vida da sua casa e mudar um pouco a energia. Porque há plantas medicinais - e de poder - aqui que dão um esqueminha de proteção à casa. Porque a gente tem que ver que o lar precisa ser como um ninho, e não como uma gaiola que você precise fugir.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

A tecnologia, que nasceu despretensiosamente como infraestrutura ecológica em 2014, é hoje uma das fontes de renda de Cassiano. Para ele, o desafio atual é sobre como monetizar o serviço de forma acessível e inclusiva para os moradores do Parque Arará e outras favelas. Considerando que é uma “gambiarra” verde, social e ancestral, a ambição é que a **replicação em outras comunidades se torne uma política pública de adaptação e mitigação climática**. Lutar pelo verde em territórios favelados é um ato de resistência, afinal, até esse direito nos foi negado.



UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RIO DAS PEDRAS



Agenda Rio das Pedras

Missão do projeto: construir propostas de políticas públicas a partir da geração cidadã de dados a fim de garantir a justiça social em territórios periféricos.

 **Rio das Pedras, Rio de Janeiro**

Data da entrevista: 14 de abril de 2023

Estratégias-chave: agenda local de políticas públicas; mobilização social; incidência política; educação ambiental.

Temas:    

Rio das Pedras é uma favela da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que começou a ser ocupada em 1950 e hoje se tornou a terceira maior favela do Brasil. De acordo com o IBGE (2023), a favela possui mais de 27 mil domicílios e, segundo dados da pesquisa “*Justiça Hídrica e Energética nas Favelas*”, tem 160 mil habitantes. A maioria dos moradores são migrantes nordestinos, atraídos por oportunidades de trabalho na região da Barra da Tijuca ainda durante seu processo de construção.

ENTENDA O PROBLEMA

Em um processo paralelo à construção da Barra da Tijuca, esses migrantes recém-chegados precisavam de algum lugar para morar, e foi assim que surgiu Rio das Pedras, numa área pantanosa entre o Maciço da Tijuca e o complexo lagunar de Jacarepaguá. Vale reforçar que essa construção não foi acompanhada de infraestrutura básica e políticas públicas, acarretando em problemas históricos graves relacionados com saneamento básico, enchentes, moradia e mobilidade urbana.

Além das inundações frequentes, que surgem mesmo sem chuva por conta da dinâmica das marés, o solo de Rio das Pedras tem uma baixa capacidade para sustentar o peso das moradias que crescem cada vez mais verticalmente, o que contribui para o afundamento de casas e edifícios na comunidade. Todos esses eventos juntos naturalmente geram traumas na população decorrentes do medo crônico de sofrer perdas materiais ou até mesmo de familiares. À medida que os problemas vão sendo potencializados pela crise climática, o número de pessoas com traumas e transtornos psicológicos vai aumentar.

A partir de muitas perdas, a população vai criando estratégias para lidar ou atenuar parte dos problemas, seja aumentando a altura das casas em relação ao chão, colocando bens materiais no alto ou até mesmo se mobilizando para chamar a atenção do poder público.

Érika Alves, moradora e uma das responsáveis pela Agenda Rio das Pedras, nos diz que a agenda é uma dessas iniciativas. Criada por mulheres, moradoras e ex-moradoras da favela, a agenda se tornou uma ferramenta importantíssima para reunir pessoas de todas as idades, de instituições sociais e públicas, a pensarem de forma coletiva em soluções para minimizar os problemas vividos no território.





Eu me preocupo quando percebo que o tempo vai mudar. Me preocupo em como vou chegar em Rio das Pedras, como vou sair pra trabalhar, como meu filho vai pra escola e me preocupo com pessoas que eu conheço que moram em áreas mais baixas.”

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A Agenda Rio das Pedras está sendo desenvolvida a partir de uma construção coletiva que pretende realizar diagnósticos e propostas de políticas públicas considerando as demandas dos moradores. Por formação, pesquisa e comunicação, o desejo do grupo é ser uma organização social de referência em **geração cidadã de dados** e **incidência política** pela **escuta ativa**, da criação e **fortalecimento de redes**, da democratização de dados territoriais, da sustentabilidade organizacional e da valorização da cultura local.

O projeto também quer pautar os desafios do território de forma cada vez mais robusta. Assim surgiu a ideia das formações feitas por **oficinas itinerantes** realizadas no território, unindo a educação ambiental ao sentimento de pertencimento.



Admiro muito as mulheres e as pessoas que moram em favela, porque vivemos uma série de violações de direitos a partir do momento em que a gente levanta da cama. Então, estamos o tempo todo sendo usurpados dos nossos direitos. E é muito básico, é muito simples. E a gente tá em maioria, não dá pra ficar parado, a gente precisa se mobilizar, precisa juntar gente, precisa mudar essa realidade.”



O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Em relação ao futuro, Erika sonha e seguirá lutando por uma favela urbanizada, com todo o seu esgoto coletado e tratado numa estação de tratamento de esgoto, com as famílias com acesso à rede de água de qualidade, arborização em volta do rio principal da favela e áreas de lazer bem conservadas para as crianças brincarem.



COMPLEXO VERDE EM FAVELAS PELA SOBERANIA ALIMENTAR



Centro de Integração Serra da Misericórdia

Missão do projeto: incidir com tecnologias ancestrais na Serra da Misericórdia sob os eixos da educação, cidadania e comunicação para a promoção da soberania alimentar.

 **Serra da Misericórdia, Penha**

Data da entrevista: 14 de abril de 2023

Estratégias-chave: educação climática; soberania alimentar; resgate de saberes; bioconstrução; captação de água da chuva.

Temas:     

Entre as árvores, frutos, espécies e ruídos da Mata Atlântica na Zona Norte do Rio de Janeiro, há um maciço rochoso chamado Serra da Misericórdia. Um **complexo verde de 14 favelas** - sim! - que resiste para contrariar as estatísticas dos territórios periféricos e favelados na região metropolitana. É lá que se encontra o Centro de Integração Serra da Misericórdia, liderado por Ana Santos, uma mulher negra, ambientalista e mãe, que está comprometida de corpo, alma e intelecto com a soberania alimentar entre as famílias da região.



Uma mulher negra já nasce ambientalista. A gente já nasce defendendo a vida, a subsistência. A missão aqui é o fortalecimento da mulher pela soberania alimentar.”

ENTENDA O PROBLEMA

Como disse a própria Ana, a fome é a primeira perda da dignidade que a favela vive. Quem pensa em estratégias com fome? Quem tem energia e vitalidade para lutar sentindo a barriga doer por não ter o que comer? Ninguém. Por isso, diante da ausência de políticas públicas que assegurem a soberania alimentar no Complexo da Penha, o projeto se articulou para revalorizar o que sempre foi negado.

Além disso, em uma cidade que vive um processo desenfreado de urbanização, inclusive nas favelas, nesse entra-e-sai-casa sempre se assassina, ao menos, uma árvore. Por isso, o lema “preservar a mata” tornou-se uma luta política, geracional e ancestral contra o Estado.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Em busca do resgate de saberes da ancestralidade, a articulação do Centro de Integração Serra da Misericórdia focou em dois eixos de formação e desenvolvimento de **tecnologias ancestrais**. Primeiro, os **encontros de quintais**, que são rodas de conversa, organizadas com as 50 famílias, para debater soberania alimentar com as palavras e recursos que fazem sentido para as pessoas do território. Depois, a **Escola Popular Agroecológica**, que ensinou crianças e mulheres mães a plantar e entender que a natu-



reza é um ciclo. Podemos colher com fartura o que plantamos a partir de um planejamento que envolve aplicar o conhecimento que os nossos ancestrais nos deixaram como ensinamentos, ferramentas e tecnologias de emergência para quem tem fome.

Ao longo de toda a conversa, aprendemos outros termos e estratégias adotadas pelo projeto.

“Tecnologia do mato”: envolve observar detalhadamente o território, identificar a necessidade mais urgente (o que sobra, o que falta na terra) e encaminhar a solução. Para isso, foi preciso que as famílias, sobretudo as mulheres, se tornassem guardiãs de sementes para assegurar a soberania alimentar.

“A bioconstrução e a agroecologia salvaram a gente”: em números, o Centro produziu cerca de 80 quilos de batata-doce, 15 ovos de galinha por dia, um quilo de tilápia por mês, banana, abacaxi e abóboras. Soma-se a isso, a produção de jaca verde, que é um sucesso!

“Captação de água de chuva”: a chuva pode ser uma vilã ou uma aliada quando pensamos em ancestralidade. Por exemplo, o desafio de plantar em uma curva de nível no morro, é essencial para resistir à força das águas sem prejuízos à plantação. Por outro lado, às vezes a favela fica até semanas sem água. O que é prejudicial não apenas às plantações, mas também às necessidades hídricas básicas das famílias.

“Economia feminista”: consiste na troca de um fruto pelo outro entre as mulheres por meio de uma moeda social na própria favela para a promoção da economia circular. A venda da abóbora para obter tomate é um bom exemplo de tecnologia ancestral de sobrevivência e nutrição.



Há muitas dores na agricultura familiar. Como eu transformo o meu saber? A gente não é só a base da pirâmide, a gente é a base de construção para um mundo melhor. Até 2030, queremos ver a agricultura urbana na favela.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Apesar do descaso público com a Serra da Misericórdia, ela é indiscutivelmente o pulmão da Zona Norte. “O último respiro de Mata Atlântica.” E a agroecologia é uma forte aliada na manutenção e permanência dela. Porém, o racismo ambiental é uma ameaça ao legado que o projeto está construindo. Tanto pela presença de empresas poluentes, quanto pela geografia racial das suas localizações. A poucos metros, crianças e famílias vivem em meio ao lixo e ao armamento pesado, muito próximo à pedreira. A favela também é cidade, mas com suas especificidades. A mudança climática foi uma oportunidade para mudança de comportamento na Serra da Misericórdia. Mas sem políticas públicas e educação para pobres, pretos favelados não vamos a lugar algum.



CAMINHOS DE RESISTÊNCIA CONTRA A SIDERÚRGICA EM SANTA CRUZ



Coletivo Martha Trindade

Missão do projeto: pautar saúde, meio ambiente e cidade por meio de um coletivo liderado pela juventude de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

 **Santa Cruz**

Data da entrevista: 14 de abril de 2023

Estratégias-chave: mobilização; educação ambiental; monitoramento da qualidade do ar.

Temas:  

Como toda luta é geracional, o Coletivo Martha Trindade veio para dar continuidade ao embate político vivenciado pelos moradores e moradoras de Santa Cruz. Um bairro com vários enfrentamentos e vilões do clima - sendo o maior deles a Ternium Brasil (a antiga TKCSA) complexo siderúrgico, que desde a sua instalação, é responsável por uma série de violações de direitos socioambientais e territoriais.

Foi justamente um episódio emblemático de violação que deu nome ao coletivo. Dona Martha Trindade foi a primeira moradora a denunciar os prejuízos e danos à saúde que a empresa estava provocando em Santa Cruz. Como mulher negra, enfrentou vários problemas respiratórios após a chegada da siderurgia, em 2006, e, infelizmente, sua saúde não resistiu.

ENTENDA O PROBLEMA

Entre as muitas configurações do racismo ambiental, a geografia racial que lidera o mapeamento dos complexos industriais não é acidental. Logo, indústrias danosas em bairros de população majoritariamente negra não seria uma mera coincidência. Considerando o alto índice de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e os riscos iminentes de quem mora ao redor da Ternium, a população de Santa Cruz já percebeu vários pequenos e grandes sinais de injustiças ambientais. Aline Marins, do Coletivo Martha Trindade, nos explica sobre.



O céu de Santa Cruz fica laranja à noite. Podemos sentir um cheiro forte de enxofre, fora os riscos de explosões, a poluição sonora e o alto índice de câncer de pulmão, problemas respiratórios, problemas dermatológicos, perda de cabelo e doenças de longo prazo. Até os frutos das árvores sentem.”

As interseccionalidades ficam ainda mais visíveis quando observamos o tema da **justiça hídrica**. Como todo complexo industrial, a empresa usa literalmente toneladas de água para funcionar. E aqui nos deparamos com mais uma contradição socioambiental: **nunca falta água para a siderúr-**



ca, mas sempre falta para os moradores. Além disso, desde a chegada da Ternium, o índice de desemprego diminuiu na região, uma vez que a busca por mão de obra, também exposta aos mesmos riscos de violações socioambientais, aumentou. O que causa uma dependência tóxica: moradores e pessoas negras, pobres e periféricas precisam trabalhar e garantir a renda familiar em um lugar que faz mal para trabalhadores, operários e residentes de Santa Cruz.

Por fim, as ondas de calor são fenômenos constantes em Santa Cruz e as chuvas torrenciais provocam mudanças no uso do solo, o que impacta a produção de alimentos e provoca a morte gradativa dos peixes da Baía de Sepetiba, que não se desenvolvem devido à poluição e temperatura das águas. Todas as violações estão interligadas!

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Considerando que quem envia os dados para os relatórios do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) é a própria empresa, os moradores começaram a se perguntar como poderiam confiar nesses números?

Para gerar evidências a partir da raiz do problema, em 2016, a Fiocruz idealizou uma metodologia e ensinou as integrantes do Coletivo Martha Trindade a mexer nos **medidores de qualidade do ar**, para que os índices fossem oficialmente registrados pelos captadores.

Infelizmente foi um monitoramento pontual, pois não houve verba para dar continuidade. Elas receberam uma bolsa de R\$ 200 para fazer medições nas casas a partir de um aparelho autônomo. Muitas vezes isso levava quatro, seis até doze horas, mas com o fim do recurso não foi possível seguir com o monitoramento.

Apesar disso, Wanessa Andrade, do Coletivo Martha Trindade, possui alguma perspectiva de num futuro próximo conseguir outro medidor de qualidade de ar, seja comprando ou produzindo o próprio.



A ideia é, no final do semestre da minha disciplina do meu doutorado, criar um medidor de qualidade do ar usando arduino. Se eu vou conseguir convencer meu professor a fazer isso? Não sei. Mas temos alguns contatos com o pessoal de Pequiá de Baixo (MA) e possivelmente vamos conseguir comprar aparelhos que nos mostram o que está acontecendo em tempo real os níveis de poluentes."

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

A missão do Coletivo Martha Trindade é lutar por políticas públicas capazes de romper sistematicamente o ciclo do racismo ambiental em Santa Cruz. Para Wanessa, em primeiro lugar, a luta é para que a legislação ambiental seja cumprida em um bairro no qual o estado é completamente ausente. Depois, é preciso incentivar novas possibilidades de emprego e renda fora da siderurgia para que a Ternium não seja a única opção de carreira para as juventudes e trabalhadores. Mas, a ação mais emergencial de todas, é a prevenção e o tratamento da saúde das famílias já afetadas pela presença da indústria. Um programa de saúde e atendimento especial que recupere a qualidade de vida já perdida e faça uma reparação histórica, sobretudo à população negra da Zona Oeste. Afinal, respirar é uma questão imperativa de vida ou morte.



MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INCIDÊNCIA POLÍTICA POR UMA BAÍA VIVA



Movimento Baía Viva

Missão do projeto: o Baía Viva é um movimento socioambientalista, cultural e pluriétnico que trabalha com ativismo, campanhas e proposições de políticas públicas para a recuperação e restauração integrada das baías, rios e lagoas fluminenses, preservação da Mata Atlântica e atuação para reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Baía de Guanabara

Data da entrevista: 18 de abril de 2023

Estratégias-chave: mobilização social; incidência política; produção científica

Temas:   

Uma das maiores baías do país, com grande importância social, econômica e ecossistêmica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara é afetada por inúmeros problemas decorrentes do processo desordenado de ocupação do litoral fluminense.

ENTENDA O PROBLEMA

O despejo recorrente de esgoto doméstico, efluentes industriais, óleo e lixo dos 17 municípios da região contaminam rios importantes, que hoje são conhecidos como “valões”, e acabam chegando na Baía de Guanabara, principalmente nos períodos de chuva. Esses problemas vão além dos recortes municipais, o que complexifica o cenário e exige respostas institucionais adaptadas à escala do problema.

Sérgio Ricardo, pesquisador potiguar da UFRRJ que mora no Rio desde os anos 80, é um dos integrantes do Movimento Baía Viva, participando diretamente na **mobilização social** para enfrentar parte dos problemas existentes, que se sobrepõem e se potencializam ano após ano.



Nós estamos vivendo, o que no ecossocialismo se chama de convergência de crises: uma crise ambiental, uma crise hídrica, uma crise sanitária e uma emergência climática. Isso não é culpa das pessoas, é culpa de um modelo de desenvolvimento predatório que vem de alguns séculos.”

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

O Movimento Baía Viva nasceu na década de 1980, unindo ativistas, pesquisadores e técnicos que atuam em rede na formulação de campanhas, projetos e estudos voltados à **recuperação, restauração e preservação do meio ambiente na baía**, assim como apoio jurídico e técnico para pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e agricultores familiares.



De todas as conquistas do grupo, destaca-se a articulação para criar o projeto da **Universidade do Mar da Baía de Guanabara, um projeto de extensão com o objetivo de ensino, pesquisa e inovação para promoção do desenvolvimento sustentável da região costeira do estado**, promovendo a economia azul com a pesca, a aquicultura, o turismo, o meio ambiente e outros usos. O projeto conta com o apoio de universidades, órgãos públicos, sociedade civil, comunidades rurais e o setor pesqueiro, assim como a previsão de criação de dois *campi* avançados no Arquipélago de Paquetá.

Todo esse **potencial de produção científica** é essencial para que se conheça cada vez mais profundamente as múltiplas dimensões que afetam a saúde da Baía de Guanabara. E não apenas seu ecossistema, mas também a população que vive em seu entorno, sobretudo as populações tradicionais, como quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais.



O impacto das mudanças climáticas sobre a Baía de Guanabara e outros ecossistemas costeiros e litorâneos, como a Baía de Sepetiba e a Baía da Ilha Grande, vai se dar exatamente sobre as populações tradicionais.”

Essas populações possuem uma relação diferenciada com o meio em que vivem, muito por conta da dependência da terra e da água para exercer suas atividades de subsistência, ao mesmo tempo que, em geral, possuem menos recursos para se adaptar frente às alterações no meio ambiente. Logo, qualquer mudança nos ciclos naturais é ainda mais grave para esses grupos que possuem relação direta com o meio em que vivem.

E entre o mar e a terra firme existem os manguezais, que são ecossistemas litorâneos de grande importância para a manutenção da vida marinha e terrestre. Porém, são muito impactados pelo processo de ocupação desenfreada dessas áreas.

Nesse sentido, o Movimento Baía Viva iniciou o processo de construção, ainda em andamento, de um **Plano de Recuperação Ambiental Integrado da Baía de Guanabara**, com a realização de conferências e a adoção de uma metodologia participativa para monitoramento de dois em dois anos. Uma meta ambiciosa que tem como objetivo a construção de políticas públicas integradas pela mobilização social.



O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Quando perguntamos o que querem alcançar até 2030, Sérgio Ricardo almeja uma Baía de Guanabara parecida com sua lembrança de décadas atrás, águas limpas e com vida. Ele ressalta que não desistirá de sua luta enquanto não conseguir tomar banho nas praias da baía.



COLETIVOS DESENVOLVEM CÂMARA POPULAR EM CAXIAS

Agenda Caxias 2030

Missão do projeto: reunir lideranças territoriais e movimentos sociais da cidade de Duque de Caxias para identificar problemas e propor soluções para o município.

 **Duque de Caxias**

Data da entrevista: 22 de abril de 2023

Estratégias-chave: agenda local de políticas públicas; câmara popular de lideranças territoriais; diagnóstico territorial; incidência política.,

Temas:    

A **Agenda Caxias 2030** é fruto da união de duas organizações que já atuavam no município. Uma delas é o Movimenta Caxias, coletivo de moradores que juntou diferentes movimentos sociais em uma única plataforma para analisar os problemas da cidade e pensar soluções. E também a Câmara Popular de Duque de Caxias (Capop), que reúne lideranças territoriais eleitas para representar os quatro distritos e visa aproximar a população da construção de políticas públicas. Juntos, eles construíram a Agenda Caxias 2030 com o objetivo de identificar problemas e também soluções para a cidade a partir das demandas territoriais.

ENTENDA O PROBLEMA

Apesar de ser uma das cidades mais ricas da Baixada Fluminense, Duque de Caxias apresenta um dos quadros de maior desigualdade da Região Metropolitana do Rio. O cenário de contradição se repete em outros eixos, por exemplo, mesmo com um grande potencial agrícola e um plano de segurança alimentar e nutricional, o município não consegue garantir a segurança alimentar de um contingente enorme de famílias que não têm o que comer.

Com essas contradições, fica evidente no município a institucionalização do racismo ambiental. Essa realidade se apresenta em diferentes facetas para além da fome, como por exemplo, o saneamento básico. Caxias está entre as 20 piores cidades do país, de acordo com o *ranking* realizado pelo Instituto Trata Brasil. Existe também o cenário histórico das remoções, onde diversas famílias estão desabrigadas, sem amparo, após terem suas casas demolidas pelo poder público além, de um dos principais tópicos, a degradação ambiental apoiada pelo poder público.



Caxias é uma cidade muito rica, mas com problemas muito básicos. É uma cidade que tem Reduc, que tem Pólo Industrial, mas que não consegue nem alimentar os próprios moradores da cidade.”



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Diante dessa realidade surge a Agenda Caixas, que iniciou seu processo de desenvolvimento no início de 2022, em paralelo às atividades da câmara popular, em que foram realizados debates sobre o panorama das políticas da cidade por encontros da sociedade civil, instituições e núcleos territoriais de vereadores populares. O resultado dessas atividades foi um **diagnóstico profundo dos desafios territoriais** presentes nos quatro distritos de Caxias. A partir disso foram criadas um conjunto de **28 propostas de políticas públicas que se dividem em quatro eixos estratégicos**: Direitos Humanos e Segurança Pública; Educação e Cultura; Meio Ambiente; Saneamento e Desenvolvimento Urbano.

Das propostas relacionadas ao último segmento, destaca-se a necessidade de proteção do Quilombo do Bomba, ameaçado pela própria prefeitura local de ser aterrado ilegalmente; o retorno dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação municipais; a recuperação da área do Céu no São Bento; implantação da coleta de lixo seletiva; fim do transbordo ilegal de lixo em Xerém e Jardim Gramacho; adequação do projeto de lei para criar o Programa de Aluguel Social no município; e a construção de um projeto para o combate ao racismo ambiental, a ser mantido integralmente com repasse orçamentário da privatização da Cedae, privilegiando as áreas mais vulneráveis da cidade em projetos de saneamento básico.

A partir desse conjunto de propostas, a Agenda Caxias se coloca como um **instrumento com potencial de incidência política** para atuar em diversas frentes. E uma das incidências já alcançadas pela organização foi garantir que produtores rurais da cidade consigam escoar sua produção, como forma de avançar no combate à fome no município. Acredita-se que pelo escalonamento da agricultura familiar, Caxias poderia não só abastecer a sua população, mas também a das cidades vizinhas.



A partir de muita luta, conseguimos incluir, por exemplo, os produtores rurais da cidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que não tinham certificado de orgânico. E a gente conseguiu legalizar essas pessoas do Assentamento Terra Prometida e hoje conseguem vender pro PNAE e movimentar a economia local.”



O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

O que Vítor, uma das lideranças que constroem a Agenda Caxias, deseja para sua cidade nada mais é do que o básico. É garantia de habitação e alimentação para todas as pessoas que precisam. É poder também viver dignamente, com acesso à água e sem esgoto na porta de casa.





A 1ª COOPERATIVA DE ENERGIA SOLAR EM FAVELAS DO BRASIL

Revolusolar

Missão do projeto: promover o desenvolvimento sustentável das favelas pela energia solar, criando um novo modelo energético acessível e sustentável, com impactos ambientais, sociais e econômicos positivos.

 **Babilônia, Rio de Janeiro**

Data da entrevista: 24 de abril de 2023

Estratégias-chave: geração de energia; transição; geração de renda; educação ambiental; incidência política; turismo tecnológico.

Temas:     

Babilônia é uma favela na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre os bairros do Leme, Copacabana, Urca e Botafogo. E como toda a favela, sofre com a falta de serviços públicos essenciais e a violência policial.

ENTENDA O PROBLEMA

A **pobreza energética** é uma realidade no país, afetando diversas regiões mais pobres e, sobretudo, negras, seguindo um padrão de raça e classe bem definido. Atividades básicas como a simples conservação de alimentos, iluminar a casa ou esquentar a água para o banho são comprometidas por limitações físicas, tecnológicas e/ou econômicas no acesso à energia, proporcionando uma qualidade inferior e mais instabilidades.

Além disso, em escala nacional, a principal forma de geração de energia é a hidrelétrica, porém, num cenário de alteração do regime de chuvas proporcionado, principalmente, pelo desmatamento e pelas mudanças climáticas, é comum o uso de termelétricas, que além de poluentes são mais caras, preço que se reflete nas contas dos brasileiros, comprometendo ainda mais o orçamento familiar.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Neste sentido surge a Revolusolar, unindo a experiência de lideranças comunitárias, com a **tecnologia da energia solar** e o potencial de geração de energia por conta da alta incidência de luz solar no Morro da Babilônia.

Dinei Medina, 42 anos, morador e liderança da Babilônia, guia de turismo e membro da Revolusolar desde 2016, nos conta que a primeira **instalação de painel solar num espaço público** foi em 2018, em parceria com a Casa Fluminense, em um dos maiores símbolos de educação dentro da comunidade, a Escolinha Tia Percília, que promoveu o pertencimento e engajamento dos moradores.



A energia solar é mais benéfica para os mais pobres. A gente tem que fazer com que isso seja o desenvolvimento dos territórios periféricos. Quantas escolas têm no Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho (para instalar painéis solares nesses espaços públicos estratégicos)?”

A organização atua para a promoção do protagonismo e autonomia dos moradores para alcançar a **transição energética no próprio território**, com uma metodologia denominada de Ciclo Solar. Isso ocorre por: formação profissional, o que habilita moradores para a instalação e manutenção do sistema; **capacitação de profissionais** para realização de oficinas e eventos culturais na **promoção da educação ambiental** e no envolvimento da população; e pelo desenvolvimento sustentável, com a redução na despesa de energia de famílias, que promove sustentabilidade e empoderamento.

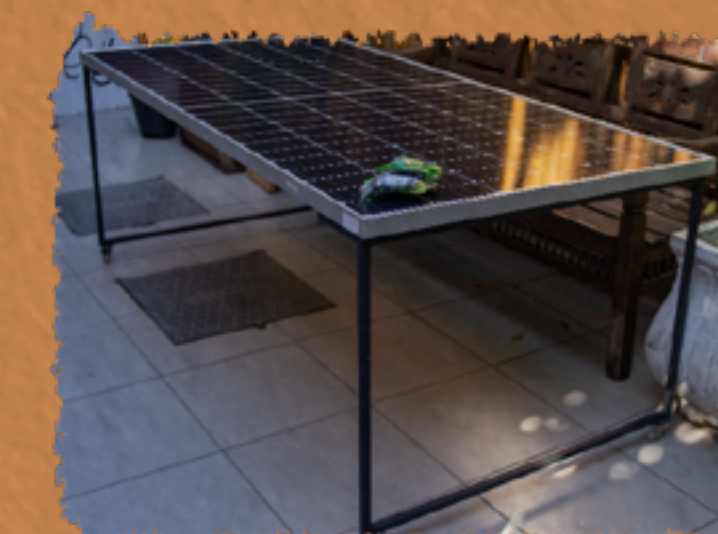
Em 2021, a Revolusolar criou a 1ª Cooperativa de Energia Solar em favelas do Brasil, um sistema de energia compartilhada no telhado da Associação de Moradores que fornece energia para 34 famílias que são favorecidas com desconto na conta de luz e aumento do poder de compra. Essa nova dinâmica na comunidade cria um verdadeiro polo de energia solar, inclusive com potencial de promoção do **turismo tecnológico** e a valorização da comunidade.

É o primeiro tour tecnológico dentro de uma favela sobre energia solar. Na verdade, no Brasil. Ninguém faz tour para ver a usina. E a gente tá fazendo esse tour dentro da Babilônia-Chapéu Mangueira.”

Outros projetos também estão no escopo de trabalho da Revolusolar, como o Ciclo Solar, em parceria com o Circo Crescer e Viver, que cria um movimento de transição energética socialmente justa e inclusiva na região central do Rio até 2030; e o Kurasí Tury, com o objetivo de promover a geração própria de energia na comunidade indígena Terra Preta, na Amazônia, com capacitação profissional, fortalecimento da cultura local e luta pelo território.

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Quando perguntado sobre o que precisa ser feito para democratizar a energia solar até 2030, Dinei responde que é fundamental democratizar o conhecimento sobre essa tecnologia, falando sempre, em todos os lugares. E ressalta que o conhecimento produzido nas universidades tem que voltar à sociedade, como uma via de mão dupla. O grupo também defende o relançamento do programa Luz para Todos com energia solar e luta para que o novo modelo de casas do programa Minha Casa, Minha Vida já tenha painéis solares para que seja possível reaplicar o Ciclo Solar, assim como é feito na Babilônia.



UMA AGENDA PARA MELHORIA DO TRANSPORTE PÚBLICO EM ITABORAÍ



Agenda Itaboraí 2030

Missão do projeto: levantar dados sobre o transporte público da cidade para conscientizar a população e incidir politicamente.

 **Itaboraí**

Data da entrevista: 27 de abril de 2023

Estratégias-chave: agenda local de políticas públicas; pesquisa; mapeamentos;

Temas:   

O transporte público é um meio de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, porém residir em um local onde esse serviço é quase inexistente é também uma expressão do **racismo ambiental** instalado em nossas cidades. No mesmo sentido, um serviço de transporte que ainda funciona à queima de combustível fóssil é também uma questão de **justiça climática**, já que este é um dos principais setores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.

Por causa da precariedade do serviço de **transporte público** da cidade, a Agenda Itaboraí 2030 foi construída pelo Observatório de Itaboraí, um laboratório de **geração cidadã de dados** dentro do município.

ENTENDA O PROBLEMA

Itaboraí é uma cidade localizada no Leste Fluminense, onde o transporte público é um dos principais problemas enfrentados pela população. Além da insuficiente oferta do serviço, os ônibus existentes ainda são movidos à combustível fóssil e estão em péssimas condições. É comum a circulação de veículos com o carburador quebrado jorrando CO₂ pela cidade.

Isso afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores de Itaboraí. Inara, uma das idealizadoras da Agenda Itaboraí 2030, relata que existem casos de desenvolvimento de alergias devido à inalação da fumaça que sai desses ônibus.

Soma-se a isso a poluição do ar causada após a instalação do Complexo Petroquímico que, de acordo com **uma pesquisa realizada pela Fiocruz**, elevou os índices de doenças respiratórias na cidade.

Frente a esse cenário, a saúde da população de Itaboraí fica à própria sorte, pois não há nenhuma preocupação do poder público em solucionar esse problema. Pelo contrário, a prefeitura ainda promove o desmatamento pelo asfaltamento desenfreado da cidade, que, além de não ter árvores suficientes para filtrar o ar e gerar áreas sombreadas, provoca outros problemas, como, por exemplo, inundações devido à impermeabilidade do solo.

Mesmo que a eletrificação das frotas de ônibus seja uma alternativa sustentável, Inara, representante da Agenda Itaboraí, diz que não há na cidade nenhuma iniciativa para que o serviço passe por uma transição energética, pois existe o monopólio da empresa Rio Ita, que não demonstra nenhum interesse em realizá-la.



Sempre houve uma questão de individualização no processo de ambientalização e sustentabilidade. Você produz o seu lixo, você precisa separar, você precisa fechar a sua torneira. Não lave o seu carro com mangueira. E a gente sabe que é de extrema importância esse movimento pessoal, mas entendemos que tem algumas coisas que têm que ser garantidas à população, como é o caso do transporte.”

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

A construção de uma agenda temática sobre o transporte público foi uma forma de apresentar o quadro de precariedade do serviço e reivindicar melhorias. Assim, o Observatório de Itaboraí deu início a uma pesquisa junto aos moradores sobre a qualidade do serviço dos ônibus da cidade. A consulta foi realizada em pontos de ônibus do município, onde foram aplicados questionários direcionados para os usuários.

Os dados coletados foram sistematizados no documento **Agenda Itaboraí 2030**, que, além de trazer um panorama da situação do transporte público do município, também apresenta uma série de propostas para melhorar a qualidade do serviço prestado.

Com a agenda em mãos, o grupo voltou às ruas para entregar o material para a população e discutir o tema. Para Inara, a maior conquista da Agenda Itaboraí foi abrir o diálogo com a população, que tornou-se mais consciente do problema e do que precisa ser feito.

Da população, a gente ouviu muitos elogios e foi muito gratificante isso. Não pelo nosso trabalho, mas por perceber que essa pesquisa, a agenda, ficou de uma forma que eles conseguiram entender e perceber a real problemática.”

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Para Inara, o **futuro é construído no presente**. E a construção da Agenda Itaboraí 2030 foi feita para que em 2030 a população consiga ir e vir com qualidade e segurança, que possam existir ciclovias que atendam efetivamente aos moradores e que em 2030 a realidade seja de garantia de direitos e não de negligência como hoje.



REFLORESTAMENTO NA "FLORESTA DO PERTENCIMENTO" DE NOVA IGUAÇU



Instituto EAE - Eles Queimam, Nós Plantamos

Missão do projeto: transformar a sociedade por meio da recuperação e preservação ambiental, unindo o ecoturismo com a educação ambiental.

 **Serra do Vulcão, Nova Iguaçu**

Data da entrevista: 30 de abril de 2023

Estratégias-chave: reflorestamento; mobilização social; educação ambiental; ecoturismo; incidência política.

Temas:     

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó-Mendanha é uma unidade de conservação estadual criada em 2005, com quase 8 mil hectares, sob responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), dentro dos limites dos municípios de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Nilópolis. Ela possui grande relevância ambiental por conta da sua relação direta com as bacias hidrográficas de Sepetiba e da Guanabara; com os rios Guandu, Iguaçu e Sarapuí; com florestas remanescentes de Mata Atlântica; e com estruturas geológicas vulcânicas, como o vulcão de Nova Iguaçu e de Chami-né Lamego.

ENTENDA O PROBLEMA

Uma das categorias mais criadas de unidades de conservação, a APA tem por objetivo justamente preservar a natureza com o uso sustentável dos recursos naturais existentes na região. Por mais que determinadas atividades sejam permitidas nessas áreas, devem estar adequadas às características ambientais da área, para que não ameacem os processos naturais e a biodiversidade local.

Alex Vieira, biólogo, professor do curso técnico de Meio Ambiente em Belford Roxo e membro do Instituto EAE, nos conta que na Baixada Fluminense as **ilhas de calor e as chuvas localizadas estão cada vez mais fortes**, lugares que nunca alagaram passaram a alagar e episódios como chuvas de granizo e deslizamentos de encostas também estão mais recorrentes. Além disso, na face norte do Maciço Gericinó-Mendanha ainda há queimadas criminosas que destroem a vegetação nativa de Mata Atlântica todos os anos.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Dentro desse contexto surge o Instituto EAE, atuando na promoção da recuperação e preservação ambiental na face norte do Maciço Gericinó-Mendanha, em Nova Iguaçu. O trabalho une o **ecoturismo** e a **educação ambiental** para ser um agente transformador na sociedade, trabalhando diretamente na **mitigação do calor e na prevenção às queimadas criminosas provocadas por grilagem**.

A organização, que surgiu em 2018, hoje conta com mais de 200 voluntários e muitos outros participantes nas **ações de plantio para reflorestamento**. O projeto estimula uma troca respeitosa com o meio ambiente, gerando nos participantes uma relação de pertencimento ao lugar. Assim o EAE consegue promover muito mais do que o simples plantio, mas uma verdadeira interação entre as pessoas e a terra, um conceito adotado no projeto como: floresta do pertencimento.



É de todos, para todos, com todos. Não pertence a ninguém, mas ela é de todos. E no futuro, quiçá, tenhamos a segunda floresta urbana em Nova Iguaçu. E entraremos para a história, ou como loucos ou como ambientalistas, ou os dois.”

Essas atividades, frutos do engajamento da sociedade, também fortalecem a comunidade local. Não à toa, mesmo com queimadas e vandalismos, já foram mais de 5 mil mudas de árvores nativas de Mata Atlântica plantadas. O projeto é desenvolvido sem apoio financeiro, porém com muito suor do trabalho voluntário. Um bom exemplo disso é terem conseguido plantar mil árvores com 250 pessoas.

Além disso, o projeto também atua com a **incidência política** no município por meio de contribuições para desenvolvimento do Plano Municipal de Mata Atlântica e do Plano Municipal de Educação Ambiental de Nova Iguaçu.

O impacto no ambiente é visto quando as pessoas passam a olhar o vegetal não só como vegetal, mas algo que já te pertence. E daqui a pouco ele já vai começar a fazer um serviço ecossistêmico - e alguns já estão fazendo. Algumas árvores já deram frutos, alguns pássaros já estão começando a frequentar nossos plantios, com isso você começa a fazer uma cadeia alimentar dos insetos e os polinizadores.”

“Orientar para conservar” é um dos lemas do trabalho desenvolvido. É pela educação ambiental informal que vai se criando cada vez mais consciência social e ambiental nas pessoas que visitam o projeto. Um trabalho de formiguinha, mas com potencial de colher grandes resultados no futuro.

O FUTURO É LOGO ALI: RUMO A 2030

Para que Nova Iguaçu seja considerada referência em reflorestamento da Mata Atlântica, Alex nos diz que precisam ser feitas políticas públicas contínuas que caminhem nesse sentido e não políticas de governo que variam de gestão para gestão. Além disso, também espera que essa iniciativa inspire pessoas e organizações de outros municípios.



outras instruções para o desenvolvimento das cidades e melhoria na qualidade de vida da população.

Planos de saneamento: direcionam as políticas públicas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, e manejo dos resíduos sólidos. A sua implementação adequada pode prevenir a poluição de corpos hídricos e evitar a contaminação do solo e da água.

Planos de gestão de resíduos sólidos: orientam a gestão dos resíduos gerados, desde a coleta até a destinação final, com diretrizes para promoção de processos de tratamento adequados, a fim de minimizar impactos ambientais.

Planos de mobilidade: visam à garantia de acesso das pessoas à cidade, com normas para qualificar a mobilidade urbana com foco no transporte coletivo e não motorizado, a fim de promover maior inclusão social, reduzir a dependência do automóvel particular e, consequentemente, diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

Planos de habitação de interesse social: buscam garantir o acesso à moradia digna para toda a população, especialmente aquela em situação de vulnerabilidade social, podendo contribuir para a redução do déficit habitacional e a melhoria das condições de vida das famílias em situação de risco.

Planos de contingência de proteção e defesa civil: estabelecem medidas preventivas e de resposta rápida em caso de desastres naturais e outras situações de emergência.

Planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (ou nomes correlatos): estabelecem medidas para garantir a adaptação da infraestrutura urbana, de eficiência energética e incentivo à produção de energia limpa e renovável.

LEGISLAÇÕES E INSTRUMENTOS

Neste capítulo, destacamos alguns instrumentos de planejamento da administração pública. Um exercício que a Casa Fluminense realiza de forma recorrente para verificar os compromissos dos governos municipais com o desenvolvimento orientado das cidades.

Na busca por uma abordagem integrada e intersetorial, foram selecionados sete planos estratégicos que deveriam visar ao desenvolvimento local, auxiliando na promoção da justiça climática.

Planos diretores: estabelecem diretrizes, incentivos e instrumentos para organizar os usos do solo nas cidades, evitar situações de ocupações irregulares em áreas de risco, garantir acesso à infraestrutura básica e

Instrumento de Gestão / Município	Plano Diretor (1)	Plano de Saneamento (2)	Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (3)	Plano de Mobilidade (4)	Plano de Habitação de Interesse Social (5)	Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (6)	Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (e vários nomes correlatos) (6)
	ano da última revisão	existência	existência	existência	existência	existência	existência
Belford Roxo	2007	Sim	Não	Não	Sim	ND	ND
Cachoeiras de Macacu	2006	Sim	Sim	ND	Sim	ND	ND
Duque de Caxias	2006	Sim	Não	ND	Sim	ND	ND
Guapimirim	2003	Sim	ND	Não	Sim	ND	ND
Itaboraí	2019	Sim	Não	Não	Sim	ND	ND
Itaguaí	2016	Sim	Sim	Não	Não	ND	ND
Japeri	2019	Não	Não	ND	Sim	ND	ND
Magé	2016	Sim	Sim	Não	Sim	ND	ND
Maricá	2006	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	ND
Mesquita	2006	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	ND
Nilópolis	2019	Sim	Não	Não	Sim	ND	ND
Niterói	2019	Sim	Sim	Sim	Sim	ND	ND*
Nova Iguaçu	2011	Sim	Sim	ND	Não	Sim	ND
Paracambi	2022	Não	Não	Não	Sim	ND	ND
Petrópolis	2014	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	ND
Queimados	2019	Não	Não	Não	Sim	Sim	ND
Rio Bonito	2006	Sim	Não	Não	Sim	Sim	ND
Rio de Janeiro	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim *
São Gonçalo	2018	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	ND
São João de Meriti	2021	Sim	Não	Não	Sim	Sim	ND
Seropédica	2006	Não	Sim	Não	Sim	ND	ND
Tanguá	2006	Sim	Não	Não	Sim	ND	ND

- Tem o plano. No caso do Plano Diretor, tem e está atualizado;
- Não tem o plano. No caso do Plano Diretor, tem e está desatualizado;
- Não respondeu à pesquisa ou não encontrado nos portais municipais.

- 1- Munic (2021);
- 2- PSAM Mapas (2021);
- 3- SNIS (2021);
- 4- MDR (2022);
- 5- MDR (2023);
- 6- Busca nos portais municipais;

ND - não respondeu à pesquisa ou não encontrado nos portais municipais;

* Municípios com Secretaria de Clima.

Nota: os planos diretores devem ser revisados de 10 em 10 anos. São marcados em verde se estiverem atualizados, caso contrário, em vermelho. Todos os planos municipais, se disponibilizados pelas prefeituras, podem ser acessados por hiperlinks

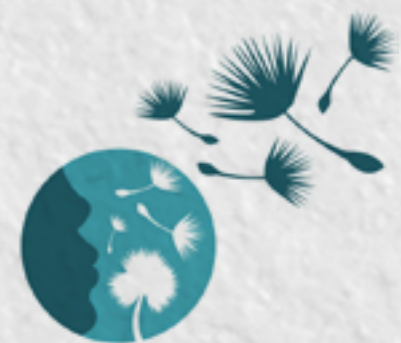
As informações disponibilizadas no Painel de Monitoramento foram retiradas de pesquisas e portais governamentais. O levantamento foi realizado até 19 de maio de 2023. Caso haja informações divergentes da data de leitura, enviar e-mail para casa@casafluminense.org.br para atualização do painel.

MOVIMENTOS E PRÁTICAS PARA INCIDÊNCIA

**A GENTE PRECISA
IMAGINAR QUE É
POSSÍVEL CRIAR UM
FUTURO DIFERENTE!**

Chegamos ao final do Guia para Justiça Climática. Após apresentarmos uma coletânea de tecnologias sociais e ancestrais, por meio de iniciativas, projetos e organizações que fazem incidência política na agenda climática no Rio de Janeiro, decidimos fechar nossa publicação com mais inspirações de movimentos que têm muita história para contar. Cientes de que são muitos, escolhemos apenas seis que, de alguma forma, dividem uma jornada compartilhada com a Casa Fluminense para honrar e multiplicar seus legados socioambientais.

Como mencionamos na seção dos conceitos, não existe uma só forma de fazer política, tampouco uma só forma de lutar por justiça climática. Por isso, os movimentos a seguir são alguns exemplos que nos inspiram na dimensão local, regional, nacional e internacional de comunicar a crise climática e o racismo ambiental com diferentes ferramentas, estratégias, públicos e momentos políticos do Brasil.



Fé no Clima

FÉ NO CLIMA

O Fé no Clima é uma iniciativa do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e tem como missão reunir e engajar lideranças religiosas para a conscientização de suas comunidades de fé no enfrentamento à crise climática. Fazem isso por meio do diálogo entre cientistas, religiosos, ambientalistas e representantes de povos originários, com objetivos de **adaptação, resiliência e justiça climática**.

O QUE JÁ FIZERAM?

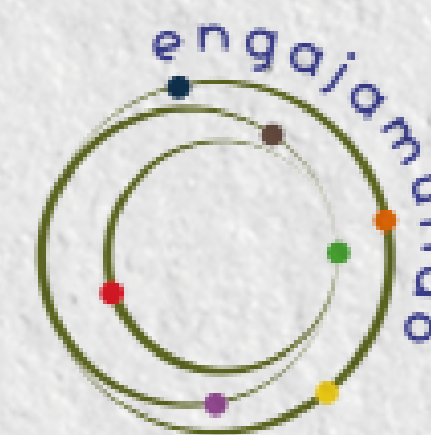
- [GUIA FÉ NO CLIMA](#)
- Documentário [Fé Pelo Clima: Juventudes e Ação Ambiental](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA

[@fenoclima](#) | fenoclima.org.br | 📍 Rio de Janeiro

COMO SE ENGAJAR?

Para acompanhar os encontros, novidades e multiplicar o legado do Fé no Clima no Brasil, siga o movimento nas redes sociais, compartilhe os guias na sua comunidade de fé e escreva para as lideranças responsáveis pela iniciativa para propor parcerias e novas tecnologias sociais: **fenoclima@iser.org.br**



ENGAJAMUNDO

O Engajamundo é uma organização de liderança jovem e feita para jovens. Acreditamos na importância da atuação da juventude para **enfrentar os maiores problemas ambientais e sociais do Brasil e do mundo**. Atua por meio de formações, mobilização, participação e *advocacy*, dedicando-se a empoderar a juventude brasileira para compreender, participar e incidir em processos políticos, do local ao internacional.

O QUE JÁ FIZERAM?

- [EduClima](#)
- [#EngajaNasEleições](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA

[@engajamundo](#) | engajamundo.org | 📍 Recife

COMO SE ENGAJAR?

Vamos lá! Se você tem até 28 anos e ainda não faz parte de nenhum núcleo local do Engaja, é muito simples: no próprio site é possível se cadastrar para colocar a mão na massa e participar das reuniões. Se você já passou dos 28 anos, há a opção de fortalecer a organização financeiramente ou apoiar as campanhas nas redes sociais e entre as juventudes de todos os espaços - escolas, universidades, coletivos, movimentos sociais e comunidades.

COALIZÃO O CLIMA É DE MUDANÇA

A Coalizão o Clima é de Mudança é composta por organizações que pensam e reivindicam a justiça socioambiental e climática em territórios periféricos. Ela propõe o debate sobre a pauta climática observando a **produção de tecnologias verdes nas periferias** do Rio, do Brasil e da América Latina, **valorizando a ancestralidade e as “gambiaras”** que devem ser consideradas nos grandes espaços de decisão sobre o clima.

O QUE JÁ FIZERAM?

- [Encontro O Clima é de Mudança](#)
- [Coalizão na COP27](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA

[@oclimaedeemudanca](#) | [oclimaedemudanca.com.br](#)

📍 Rio de Janeiro

COMO SE ENGAJAR?

Se você mora no Rio, favelado e periférico, recomendamos não apenas seguir as redes sociais da Coalizão, mas também as mídias das organizações que integram a rede: [Agenda Realengo](#), [LabJaca](#), [Visão COOP](#), [data_labe](#) e a [Plataforma Cipó](#). Assim, é possível acompanhar diferentes agendas de incidência política e climática pelo Rio de Janeiro e acessar o conteúdo multimídia produzido. Fortaleçam, compartilhem e acompanhem!

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL

A Rede Favela Sustentável é um projeto da Comunidades Catalisadoras (ComCat) que visa alavancar o **potencial das favelas como comunidades sustentáveis**, por meio de uma rede de troca de conhecimento, apoio mútuo e desenvolvimento de ações conjuntas entre iniciativas comunitárias de sustentabilidade ambiental e resiliência social em conjunto a aliados técnicos.

O QUE JÁ FIZERAM?

- [Mapa da Rede Favela Sustentável](#)
- [Aplicativo SOS Água e Luz](#)
- Publicações inéditas [Justiça Hídrica e Energética nas Favelas](#) e [Eficiência Energética nas Favelas](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA

[@favelasustentavel](#) | [favelasustentavel.org](#) | 📍 Rio de Janeiro

COMO SE ENGAJAR?

Como tornar a favela do Rio de Janeiro mais sustentável e moradores mais resilientes? Faça parte da Rede Favela Sustentável. Para fazer o seu cadastro, mande um zap **+55 (21) 97253-8748** ou um e-mail para redesustentavel@favelasustentavel.org. Assim, você poderá participar das mobilizações, dos voluntariados e/ou das revisões técnicas. O que importa é que a rede precisa de lideranças inquietas e dispostas a mobilizar ainda mais possibilidades, resultados e transformar territórios.



PERIFA CONNECTION

PerifaConnection é uma plataforma de disputa de narrativa sobre as periferias presentes nas cinco regiões do Brasil. A atuação se dá a partir de três frentes: produção de conteúdo, formação e articulação. Esse ponto de encontro visa **potencializar as vozes negras e periféricas em diferentes espaços** por meio da articulação e ocupação de espaços. A paciência histórica, antirracismo e ubunscitidade são alguns entre os valores-chave do Perifa (apelido entre os mais chegados).

O QUE JÁ FIZERAM?

- [Agenda Política das Periferias](#)
- [Lab Clima e Periferias](#)
- [Perifa na COP27](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA

[@perifaconnection](#) | [linktr.ee/perifa](#) | 📍 Rio de Janeiro

COMO SE ENGAJAR?

Periferia e a juventude são os dois pontos de partida e, sobre esses eixos determinantes e estruturais no Brasil, ainda há muito a se aprender. Para acompanhar as formações, articulações e fazer parte da rede de mobilização nacional do Perifa, acompanhe as redes sociais da plataforma e faça contato com seus representantes: [@thuxthuane](#) e [@jacksonaugustojr](#). O critério é ser jovem e periférico.



OCA URBANA FLUMINENSE

O Observatório Colaborativo da Agenda Urbana Fluminense tem como objetivo contribuir para uma **agenda urbana inclusiva, que enfrente a desigualdade socioterritorial** e pense em políticas urbanas solidárias e inclusivas. Para isso, aposta no monitoramento das políticas urbanas e no fomento das redes locais e regionais, buscando maior incidência nas políticas urbanas para os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

O QUE JÁ FEZ?

- [Jornadas do Observatório Colaborativo da Agenda Urbana Fluminense 2022](#)
- [OCA no Circuito Urbano ONU Habitat 2021](#)

ONDE VOCÊ ENCONTRA?

[iabrj.org.br](#) | 📍 Rio de Janeiro

COMO SE ENGAJAR?

Criado pelo Instituto de arquitetos do Brasil (IAB/RJ), conta também com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), Casa Fluminense, do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro (Ledub), do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), do Observatório de Favelas, entre outras entidades. Mais informações sobre o projeto podem ser obtidas escrevendo para gtpoliticaurbanaehabitacao@gmail.com, com o assunto “voluntariado OCA Urbana Fluminense”.

AGRADECIMENTO

Não poderíamos fechar este trabalho sem agradecer a cada um dos coletivos que, de coração e braços abertos, nos receberam para compartilhar as experiências, lutas e sonhos de seus territórios. Toda a nossa gratidão pelo suporte, troca e escuta ativa para a construção dessa mais nova e tão importante publicação.

- **Vítor Lourenço - Agenda Caxias**
- **Inara Souza - Agenda Itaboraí**
- **Marcele Oliveira e Roberta Freire - Agenda Realengo**
- **Érika Alves - Agenda Rio das Pedras**
- **Anna Paula Sales - A.M.I.G.A.S**
- **Shirley Padilha - Casa Dulce Seixas**
- **Ana Paula Santos - Centro de Integração na Serra da Misericórdia**
- **Aline Marins e Wanessa Andrade - Coletivo Martha Trindade**
- **Laura Torres - Espaço Gaia**
- **William Jefferson e Anderson Ribeiro - Fórum Climático de Magé**
- **Alex Vieira - Instituto EAE - Eles Queimam, Nós Plantamos**
- **Sérgio Ricardo - Movimento Baía Viva**
- **Carlos Greenbike - Pedala Queimados**
- **Valdirene Gomes - Quilombo do Feital**
- **Dinei Medina - Revolusolar**
- **Cassiano Sanduba - Teto Verde Sustentável**
- **Pamela Mércia - Instituto TJNS**
- **Tereza Arapium - Coletivo Indígena Carioca**
- **Fabricia Sterce, Juliana Coutinho, Maria Clara Salvador e Pedro Lucca - Visão Coop**

FICHA TÉCNICA

PUBLICAÇÃO

Associação Casa Fluminense

APOIO

Instituto Clima e Sociedade (iCS)

PARCERIA

Rede Favela Sustentável / COMCAT
Comunidades Catalisadoras
Observatório Colaborativo da Agenda Urbana Fluminense (OCA)

CONSULTORIA

Andréia Coutinho Louback

PESQUISA

Claudia Cruz
Bruna Neres
Lucas Martins
Luize Sampaio
Taynara Cabral
Lennon Medeiros
Paola Lima

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Claudia Cruz
Bruna Neres
Lucas Martins
Andréia Coutinho Louback
Luize Sampaio

APOIO TÉCNICO

Roberto Kishinami
Diosmar Filho

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Mariflor Rocha

IDENTIDADE VISUAL /PROJETO GRÁFICO

Kaléu Menezes

FOTOGRAFIA

Mayara Donaria
Gabriela Lino

CASA FLUMINENSE COORDENAÇÃO GERAL

Vitor Mihessen

COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES

Taty Maria
Larissa Cunha
Letícia Marinho

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Taynara Cabral
Luize Sampaio
Kaléu Menezes
Carín Nuru

COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO

Fabiana Silva
Lennon Medeiros
Paola Lima

COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Claudia Cruz
Bruna Neres
Lucas Martins

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Larissa Amorim

CASA
FLUMINENSE



10
anos

